





RESOLUÇÃO Nº 1347 /2024

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2016, e Decreto Nº 921-S, de 06 de maio de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 09 de maio de 2005, e em consonância com às deliberações da 248ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde realizada em 16 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Atas : 248ª RO de 16 de novembro de 2023 e 249ª RO de 19 de dezembro de 2023

Art.2º - O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: www.saude.es.gov.br.

Vitória - ES, 26 de fevereiro de 2024

Márcio Flávio Soares Romanha

Presidente do Conselho Estadual de Saúde - CES/ES

Homologo a Resolução Nº. 1347/2024 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

Miguel Paulo Duarte Neto

Secretário de Estado da Saúde /ES







Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA - 248ª Reunião Ordinária

16 de novembro de 2023

002 Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do 004 Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, situado na sede da 005 Secretária de Estado da Saúde - SESA - Av. Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, sob a Presidência do Conselheiro Marcio Flavio Soares 010 Romanha realizando sua 248ª (ducentésima quadragésima ₀₁₁ oitava) Sessão Ordinária. Estiveram presentes 012 conselheiros (as): Miguel Paulo Duarte Neto (SESA), Caroline 013 Gomes Coura Batista (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo 014 (SESA, Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Ricardo Ewald (015 FEHOFES), Phablo Gabriel Dobrovolsky da Silva (FEHOFES), Luiz 016 Carlos Reblin (MS), Denise Mara Ramaldes (COSEMS/ES), 017 Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Alexandre Coutinho Sattler 018 (SINFES), Pablo Reis Garcia Peres, (SINFES), Andreia Scalfoni 019 Menini (SINDIENFERMEIROS), Marcia Naomi Shigetomi 020 (SINODONTO), Geisa Pinheiro Quaresma (SINDSAUDE- ES), Maria 021 Rita de Bon (SINDSAUDE-ES), Eliane Maria de Souza (SINTUFES), Zaldimar 022 Tadeu da Silva (FETAES), Marcio Flavio Soares Romanha (CUT), Wesley 023 Bonifácio Dias (SINIMETAL), Sidney Parreiras de Oliveira (PVHA), Isaque de 024 Oliveira Lima (PVHA), Milene da Silva Weck Terra (UBM), Natania dos Santos 025 Pissinate (ANPG), , Antonia Genecy Teixeira de Oliveira (MITRA), Ana Paula 026 Castelo Fonseca Moreira (GAPCCI), Darcy Viquetti Fassarela (GAPCCI), 027 Rosini Helena Gurgel (FEAPAES). Para esta reunião estavam propostos os 028 seguintes pontos de pauta: PAUTA: 1- Informes: Relatoria: Secretário Geral 029 2- Aprovar ata 245ª e 246ª RO: Relatoria: Secretaria Executiva, 3- Tribuna 030 LIVRE: - "Panorama sobre a Política de HIV e AIDS no território capixaba". 031 Relatoria: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV ou AIDS 4- Novembro 032 azul - - Mês de conscientização sobre a saúde do homem. Relatoria: 033 GEPORAS - Enfa Lucimar 5- Indicação de ponto de pauta - Debate Plano 034 Estadual de Assistência Farmacêutica. (Solicitação- Conselheiro - Alexandre 035 Sattle – SINFES), Relatoria: Gerência de Assistência Farmacêutica – Maria 036 José Sartório, 6- Debate e aprovação Minuta CISMAVSF - Minuta: "Política 037 Estadual de assistência Farmaceutica", relatoria Conselheiro - Alexandre 038 Sattle - SINFES, 7- Indicação de ponto de pauta - Triagem Neonatal 039 (solicitação – conselheiro Mansour Cadais – FAMOPES), Relatoria: GEPORAS 040 - Dra. Rosiane Catharino 8- Relato da Comissões e Comitês (interno e 041 externo/CES). Relatoria: Coordenação. O presidente Márcio Flávio Romanha 042 iniciou a reunião ressaltando que durante o mês de novembro, questões





043 relativas a saúde do homem, incluindo os cuidados ao câncer de próstata, 044 foram priorizadas. O Presidente destacou que o dia 14 de novembro foi o dia 045 mundial de combate a diabetes; ressaltou também que o dia 20 de novembro 046 será o dia nacional da consciência negra e que o dia 25 de novembro será o 047 dia nacional do AVC. Após esses destaques o presidente passou a palavra ao 048 conselheiro Sidney Parreiras. Sidney informou que será realizado o Encontro 049 das CISTTS - Comitê Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da 050 Trabalhadora- no dia 24 de novembro de 2023, e agradeceu aos municípios e 051 ao SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do Estado do ES -052 pela concessão do espaço para o encontro; agradeceu também a funcionária 053 Auriceia Costa pela colaboração para a realização do encontro. Sidney que, a quinta (V) plenária de conselhos de Saúde será 054 informou ainda 055 realizada no dia 23 de novembro de 2023, na região norte, em Linhares. Neste interim, Sidney agradeceu ao Senhor Itamar e a Conselheira e Presidente do SINDSAUDE, Geiza Quaresma, pela ajuda, e reforçou a importância do apoio das mesas diretoras no envio de conselheiros (as). Sidney informou também que o encontro das plenárias, concernente a região metropolitana será no auditório do conselho Estadual de Saúde; que a regional Sul será em 06 de dezembro de 2023 em São Jose dos Calçados; que a Plenária Estadual será realizada no dia 14 de dezembro de 2023 na ETSUS. Sidney deu também destaque ao encontro LGBT que será realizado nos dias 18 e 19 de dezembro de 2023 no Eco da Floresta, onde será discutida a saúde LGBT, e finalizou ratificando a importância da participação de todos nos eventos anunciados. O Presidente Márcio Flávio reassumiu a palavra, agradecendo ao conselheiro Sidney e concedendo a oportunidade de fala ao Secretário Estadual de Saúde 067 do Estado do ES, o Senhor Miguel Paulo Duarte. O Secretário de saúde, 068 saudou os presentes, desejando um bom trabalho a todos. O Presidente 069 Marcio submeteu ao pleno as atas para aprovação, conforme previsto no ponto de pauta de número 2- Aprovar ata 245ª e 246ª RO: 071 Secretaria Executiva – As atas foram aprovadas pelo pleno. Seguidamente, 072 Márcio Flávio informou ao pleno a necessidade de adiantamento do ponto de 073 pauta número 7 e informou que após o ponto 3, seria concedida a 074 oportunidade a conselheira Milene Weck Terra. Foi então abordado o Ponto 7-075 - Triagem Neonatal - Relatoria: GEPORAS - Dra. Rosiane Ramos Catharino. 076 Dra. Rosiane iniciou sua apresentação informando que em relação ao fluxo 077 de atendimento, todo o teste do pezinho, passa pela APAE- Associação de 078 Pais e Amigos de Excepcionais -Vitoria, pois a APAE é o serviço 079 credenciado do estado para realizar o teste e é o único que faz as dosagens 080 das doenças, possuindo laboratório equipado credenciado 081 internacionalmente. Foi informado que o teste enviado para a APAE, tem 082 resultado disponível dois dias após a coleta, sendo o resultado liberado por 083 E-mail direto a família, que também pode buscar o resultado na UBS – 084 Unidade Básica de Saúde. Em casos positivos, a UBS convoca o paciente 085 para recoleta. Foi informado também que a Hiperplasia Adenal Congênita, quando identificada no teste, precisa ser tratada de forma precoce, para ⁰⁸⁷⁰ evitar o óbito oriundo da falta de diagnóstico e tratamento; a criança deve ser convocada pela UBS e encaminhada para o pronto socorro do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, pois é uma emergência e precisa ser







090 atendida e receber o hormônio necessário. Exames mais elaborados também 091 são realizados no HINSG e financiados pelo estado. Foi informado que o ES 092 tem 84 por cento de cobertura dos exames realizados pela APAE. Roseane 093 disse que a maioria das mães realizam o exame até o quinto dia de vida da 094 criança. Roseane destacou que "Este programa é tripartite, envolvendo 095 também o Ministério da Saúde, que estabelece metas, normas de 096 cadastramento, controle e avaliação, assessora os estados na implantação 097 do programa, monitora o desempenho e envia o recurso financeiro. A 098 medicação é bancada parcialmente pelo Ministério da Saúde. O Estado, 999 organiza a rede estadual, estabelecendo o fluxo e garantido as etapas do 100 programa. A Coordenação Estadual fica na GEPORAS e é responsável por 101 monitorar o programa. A Fibrose e a Anemia Falciforme são acompanhadas 102 somente pelo HINSG. Todo mês a APAE manda o número de exames 103 coletados e o número de crianças que são positivas. Ao final do ano é feito 104 um compilado e mandado para o MS. Cabe ao município identificar e 105 acompanhar as crianças e disponibilizar a rede assistencial complementar, 106 ambulatorial e hospitalar. Quando a criança descompensa, precisa ser atendida em sua cidade e encaminhada para o HINSG. O município também monitora o desempenho; aloca os recursos financeiros; mantem atualizado os bancos e banca o transporte desse exame". Rosiane disse que muitas amostras ficam retidas e que esse e outros problemas são conversados e sanados e que os municípios são capacitados e tem referência técnica. Roseane informou que a Toxoplasmose é confirmada pelo LACEN, a APAE só faz o diagnostico inicial da Toxoplasmose. AS hemoglobinopatias são atendidas no Infantil e no HEMOES A Fibrose é atendida no Infantil e quando adulto, no Dório e Silva; A toxoplasmose é atendida no Infantil e nas referências de infectologia em Colatina e Cachoeiro. Dra. apresentou uma relação constando as consequências do não tratamento. Nesta relação foi destacado: retardo mental, hidrocefalia, deficiência de crescimento, problemas neurológicos (convulsões, calcificações 119 intracranianas, perda progressiva da função cerebral. 120 desenvolvimento), perda auditiva, problemas oculares até cegueira, infecções de repetição, complicações pulmonares, renais, hepáticas. Genitália ambígua, 122 desidratação, choque hipovolêmico, morte. Tudo isso pode ser evitado com 123 um exame, que é o teste do pezinho. Roseane agradeceu ao pleno e 124 incentivou os presentes a multiplicarem as informações. O Presidente Marcio 125 Flavio agradeceu a Roseane e abriu as inscrições oportunizando a fala para os Conselheiros (as) inscritos. Marcio perguntou se o acompanhamento é 127 feito para todo o estado na APAE, em Vitoria, ou dividido pelos municípios. Roseane respondeu que a APAE é credenciada para acompanhar algumas 129 doenças, exceto fibrose, anemia falciforme e toxoplasmose congênita, a 130 APAE tem toda rede assistencial necessária, quando precisa de um exame 131 complementar, como tomografia, ultrassonografia, a criança é encaminhada ao HINSG. Cada doença tem um planejamento de acompanhamento e o município é que vai realizar os exames solicitados. O Conselheiro Luiz Carlos Reblin manifestou admiração pelo programa e pela APAE e disse ser importante buscar uma articulação para a participação de instituições não públicas como parceiras, e que em sua opinião a APAE deveria ganhar um







137 carimbo de instituição pública. Reblin enalteceu os ex servidores Adeberto 138 Ferreira e Terezinha da Cruz, que prestarem excelentes serviços neste 139 programa junto a APAE no estado do ES. Roseane destacou que o na tabela 140 SUS capixaba, foram incorporados alguns procedimentos e que o estado do 141 ES irá complementar a verba já enviada pelo MS. O conselheiro Isaque de 142 Oliveira Lima perguntou como a criança pode desenvolver a epilepsia? 143 Roseane explicou que algumas doenças acometem o SNC tendo como uma 144 das consequências, a epilepsia, que acomete a criança e precisa ser cuidada 145 a tempo para evitar comprometimentos cerebrais que podem cursar com 146 várias doenças. O Presidente Marcio Flavio agradeceu novamente e passou 147 para o Ponto 4 da pauta: - Novembro azul - Mês de conscientização sobre a 148 saúde do homem. Relatoria: GEPORAS - Enfermeira Lucimar Ventorin Hamsi. 149 Lucimar iniciou destacando que os convites para falar sobre o homem são mais frequentes durante o mês de novembro e por isso estava agradecendo a oportunidade de falar e conscientizar homens e mulheres, pois todos temos pais, maridos e irmãos, sendo importante conscientizar e procurar os serviços de saúde para cuidar. Lucimar disse que sua fala contempla todos os tipos de homens e que a população feminina é maior no ES. Lucimar refletiu face a isso, porque morrem mais homens que mulheres? "Os homens vivem sete anos e meio a menos que as mulheres; a cada cinco pessoas que morrem com idade entre vinte e trinta anos, quatro são homens; a cada três pessoas que morrem no Brasil, duas são homens". Os homens não procuram o serviço de saúde com frequência, as vezes não dão sequência ao tratamento, ou procuram com doenças em estados avançados da doença, Acham que nunca vão adoecer, têm medo de descobrir doença, são provedores, estão envolvidos na maioria das situações de violência, não 162 praticam atividades físicas regularmente, utilizam álcool e drogas com maior frequência que as mulheres, estão mais expostos a acidentes de transito e de trabalho, não se alimentam adequadamente e são mais suscetíveis a 165 infecções, como as ISTS AIDS. Por consequência as morbidades e o 166 sofrimento se agravam e geram mais ônus para os serviços de saúde". 167 Muitas doenças poderiam ser prevenidas se o homem procurasse o serviço 168 de saúde com mais regularidade. Isso implica na melhoria da ambiência nas 169 US, com cartazes que contemplem também, a saúde do homem. Lucimar 170 informou que até agosto de 2023 as causas de morte masculina foram: 171 eventos externos, doenças cardiovasculares e neoplasias. Lucimar informou 172 que a Recomendação 9/2023 é a Recomendação pelo não rastreamento populacional do câncer de próstata, expedida pelo MS. Em relação ao 174 cuidado com a Próstata, Lucimar destacou que: micção frequente, dor ou ardor durante a micção, fluxo fraco ou interrompido, familiar com câncer, são sintomas que precisam ser tratados junto a um médico para rastreio e diagnostico. Lucimar destacou também que é preciso desmistificar o 178 novembro azul, como campanha só para o câncer de próstata. Lucimar finalizou falando sobre a importância da atividade física, inclusive caminhadas diárias em torno de quarenta minutos para prevenção e saúde. O Presidente Marcio, agradeceu a Lucimar e passou a oportunidade para o conselheiro Isaque de Oliveira. Isaque informou que trabalha com jovens, e observa uma dificuldade no auto toque, sobretudo na questão anal, e por isso







184 é importante a prevenção, deixar o preconceito e procurar pelo SUS, para o 185 tratamento. A Conselheira Milene Weck enfatizou que na maioria dos homens 186 existe um grande medo relacionado a questões médicas, que embora saibam 187 o necessário a fazer, por vezes preferem aguardar em casa. Milene refletiu 188 sobre a importância de mudar essa consciência, incluindo medidas que vão 189 para além das campanhas e incluindo a contribuição da família acostumando 190 a criança a ir nos médicos e dentistas. Lucimar corroborou com Milene 191 destacando que noventa e nove por cento da frequência as US é de mulheres 192 e que de fato é necessário uma mudança cultural. Falou que foi aberto para o 193 mês de novembro uma série de palestras on-line e que iria disponibilizar os 194 links para os conselheiros (as) realizarem os cursos. O Conselheiro Ricardo Ewald contribuiu dizendo que a neoplasia de próstata está fora de controle e 196 que o Hospital Evangélico em Via Velha, atende essa comorbidade, sendo importante a campanha e a conscientização para evitar mortes por falta de cuidado. A Conselheira Caroline Gomes Coura perguntou sobre a questão do banco de dados e Lucimar respondeu que os dados são colhidos do DataSus que é alimentado pelos municípios. A Conselheira Geiza pinheiro Quaresma disse que o número de mulheres que tem morrido com câncer de mama, também é muito grande e que quando um homem vai ao médico, principalmente quando é neoplasia, o homem não comunica, e isto devido a cultura de que o homem não chora e não sente dor. Geiza disse também que o homem, nesse conceito de macho, o leva a esconder informações e a não se cuidar a tempo, buscando o médico em cuidado avançado. Por isso é importante trazer a sociedade para este debate e continuar as campanhas buscando chegar no coração dos homens e assim trabalhar enquanto conselho e sociedade. Lucimar destacou que foi criada uma estratégia 209 gestacional chamada de pré natal do parceiro, uma estratégia que alcança populações mais jovens, identificando e tratando essa população, embora o câncer alcance populações mais idosas. A conselheira Genecy destacou a importância das atividades físicas e da alimentação 213 preventivos na saúde, sendo importante evitar o sedentarismo e trabalhar a promoção e a prevenção. O conselheiro Alexandre Coutinho Satter disse que 215 o Brasil está entre os três países do mundo com uma política de saúde 216 voltada para os homens, tratando de todas as questões sociais envolvidas, 217 Alexandre destacou que uma série de construções sociais, como o 218 preconceito, machismo, tem sido maléficas a saúde do homem. Alexandre 219 informou que participou de uma capacitação sobre o manejo clinico da 220 hiperplasia prostática benigna, foi colocado pelos urologistas, que o tempo 221 do resultado da biopsia de próstata está demorando até seis meses para sair o resultado, sendo que a LEI federal orienta que se tenha o diagnostico em 223 trinta Dias Alexandre perguntou como está esse exame especifico da biopsia 224 de próstata, a demanda e a fila? Lucimar informou que realmente demora, 225 não só em relação a próstata, e que deve fornecer essa informação em um próximo momento. Lucimar explicou que é a atenção primaria que encaminha, referencia o paciente, geralmente para o Hospital Santa Rita ou Hospital São Jose, em Linhares. O conselheiro Ricardo Ewald enfatizou que o município precisa assumir para melhor cuidar da saúde do homem, e evitar mortes por relaxo ou descuido. A conselheira Terezinha informou que foi







231 gestora no município de Baixo Guandu, em 2019, guando foi sugerido colocar 232 no plano municipal de saúde, o programa saúde do homem. Disse que 233 precisa-se investir na divulgação e no serviço a exemplo da saúde da mulher. 234 Terezinha disse que a ouvidoria sus é muito demandada para biopsias, o que 235 indica a necessidade de ampliar o serviço e o número de prestadores. 236 Lucimar reiterou que todo paciente com suspeita de câncer é referenciado, e 237 são feitos todos os exames confirmatórios e que a demora diz respeito a 238 regulação. O Presidente Marcio Flavio agradeceu a Lucimar 239 apresentação e informou que a questão da saúde do homem seria encaminhada para a comissão de direitos humanos e a questão do teste do pezinho, triagem neonatal, para a comissão de saúde da mulher, do CES. Dessa forma o estudo seria aprofundado junto as referências técnicas 243 visando encaminhamentos e benefícios para os usuários. Luiz Carlos Reblin informou que é preciso ficar alerta em relação a dengue, são mais de cem mil casos neste ano com previsão de piora para o ano que vem. Reblin disse que o vírus três causará muito adoecimento. Disse também que foi sancionado o projeto de LEI, PL 18/21, de Alexandre Padilha, criando a profissão de sanitarista, avanço tão importante para o SUS. O presidente Marcio deu boasvindas aos novos conselheiros, informando que estão representando o grupo de apoio aos pacientes com câncer em Cachoeiro, sendo a Titular desse segmento: Ana Paula Castelo Fonseca Moreira e o Suplente: Darcy Viqueti Fassarela. Todos foram informados, que devem compor ao menos 1 (um) comitê ligado ao CES e que devem procurar a Secreária Executiva Cynara para maiores informações. O Presidente passou a palavra a Conselheira 254 Milene da Silva Weck, para um relato. Milene informou que solicitou 255 antecipação de seu relato por estar comprometida com a Conferencia 256 Estadual de Educação, coordenando um dos eixos do debate. Milene relatou 257 sobre o Comitê Intersetorial de Educação Permanente, dizendo que "Na 258 nossa reunião dessa semana junto com a equipe do projeto, fizemos algumas 259 discussões. Primeiro, após aquela reunião que aconteceu com a mesa 260 diretora junto com os coordenadores das comissões verificamos algumas 261 necessidades de atendimento junto a equipe do projeto. Para que esse fluxo 262 aconteça de maneira adequada, essas demandas precisam chegar a equipe 263 do projeto. E preciso que as atas sejam feitas, toda reunião fazer a ata pela 264 parte executiva do conselho e colocadas no grupo da comissão, é uma 265 memória necessária para ver o que foi discutido, demandas e como ajudar. É 266 preciso uma pessoa do projeto em cada comissão. É preciso que seja 267 disponibilizado tanto a ata das comissões, quanto aquilo do conselho que 268 demanda das ações do projeto precisa chegar até eles. A memória é 269 necessária dado ao fluxo de discussões, evitando esquecimento e 270 pendencias. Outra questão, diz respeito as formações previstas, a parte de 271 Educação Permanente junto com o projeto permeia isso junto com os conselhos municipais. Estão previstas as seguintes formações: Dias 28 e 29 de novembro, Calçado e Guaçuí; dia 07 dezembro, serra; dia 13 de dezembro, Aracruz. Aqui a gente entra na questão das diárias, pois do jeito que a gente lê, só quem é funcionário tem acesso a diárias. E nesse interim, Milene solicita uma fala do conselheiro Cristiano. Milene colocou que os bolsistas estão viajando, atendendo ao conselho e precisa ser resolvido a questão das







278 diárias em favor deles de forma correta e organizada. Milene informou que foi 279 prorrogado para o final de novembro o prazo para que os conselhos 280 municipais se inscrevam para a formação. Milene explicou que foi enviado 281 um questionário solicitando uma devolutiva, questionário que servirá de 282 subsidio para a montagem da formação para as secretarias executivas, mas 283 só três municípios fizeram essa devolutiva. Milene ressaltou a importância de 284 um esforço para conseguir essa devolutiva e sugeriu contactar o COSEMS 285 para ajudar na cobrança dessa devolutiva com os municípios. O conselheiro 286 Cristiano disse que a tabela de diárias é uma pauta antiga do conselho e que 287 saiu a nova tabela no dia 28 de outubro onde foram publicadas as alterações 288 na tabela de diárias. Cristiano informou que as diárias foram corrigidas e que 289 a tabela tem três pisos: um para Secretários, o Governador e Diretores de 290 autarquias; Um segundo piso para Subsecretários; um terceiro piso para os demais servidores e aqui entram os conselheiros. Cristiano explicou que os bolsistas não estão comtemplados dentro das diárias e também não tem concessão de ajuda de custo, ou seja, não fazem jus ao recebimento. Esses critérios são conhecidos quando os bolsistas assinam o termo de aceitação da bolsa. Nesse sentido Cristiano explicou que seria necessária uma alteração na lei de criação do ICEPI, o que é uma criação mais trabalhosa, e que nesse momento é necessária uma organização menos dificultosa para o bolsista. O Presidente Marcio agradeceu e passou para o Ponto 5 – Debate sobre a Política Estadual de Assistência Farmacêutica. (Solicitação-Conselheiro - Alexandre Sattle – SINFES), Relatoria: Gerência de Assistência Farmacêutica – Maria José Sartório. Maria Jose iniciou dizendo que existe uma política que é de 2007, necessária de ser atualizada devido ao dinamismo do mercado e da incorporação de novas tecnologias. Maria Jose disse que a assistência farmacêutica aumentou muito no ES e são gastos muitos recursos. Em 2012 foram gastos 78 milhões e em 2022, 178 milhões de reais. A farmácia é uma área complexa pois elabora política, é área meio e área fim, e todos os municípios estão em torno dessa farmácia. Maria disse 307 que o número de itens na RENEME - Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - totalizam 126, incluindo medicamentos incorporados pelo ES, e 309 que hoje os estados não incorporam medicamentos, pois com o advento da 310 CONITEC os estados não incorporam mais nada, apenas atualizam os 311 medicamentos e revisam os protocolos existentes. Cada município tem a sua 312 REMUNE. O investimento com medicamentos padronizados aumentou trinta e quatro por cento em dez anos. Temos os gastos com medicamentos judicializados, mais de cinquenta por cento. Temos a via administrativa para 315 o que não é padronizado pelo ministério. Temos quatorze farmácias cidadãs. Tínhamos cinquenta e sete mil cadastros ativos em dois mil e doze, hoje 317 temos cento e sete mil, setecentos e dezesseis. Maria informou que a farmácia tem projetos para reestruturar sua estrutura física e humana, ainda bem precarizada. Maria explanou que a política estadual tem como objetivo: Aperfeiçoar a gestão em todas as etapas e ciclos da assistência farmacêutica de forma financeiramente sustentável, sistematizada, articulada e integrada as demais ações e serviços de saúde; promover o acesso racional de medicamentos e formulas nutricionais de qualidade, com segurança e comprovados por evidencia científica e de acordo com as necessidades







325 prioritárias de saúde: ofertar serviços farmacêuticos clínicos e humanizados 326 para os usuários de medicamentos e formulas; apoiar atividades da área de 327 ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Maria salientou que essa 328 política foi construída pensando a gestão e a sua vinculação. Maria disse que 329 a GEAF possui hoje três núcleos: A gestão técnica gerencial, a gestão de 330 acesso e uso racional, e a gestão clínica e qualificação de serviços 331 farmacêuticos em ensino e pesquisa. A GEAF tem um setor só de aquisição 332 de todos os produtos, tem um outro setor que é o núcleo de armazenamento 333 e controle de distribuição, que é o almoxarifado. Tem também o núcleo de 334 política de acesso e uso racional de medicamentos, onde estão as farmácias 335 cidadãs, o componente estratégico, os municípios, os hospitais e a nutrição 336 especializada. Maria disse que as diretrizes incluem ser uma gestão democrática alinhada aos princípios de responsabilidade, economicidade, eficiência e transparência em todas as decisões, pois é um grande gasto de 339 recursos. Maria ressaltou que as etapas de programação, aquisição, distribuição do medicamento são todas pensadas e executadas pela GEAF. Maria informou que a farmácia está em constante debate com a vigilância sanitária e que todas as ações são pautadas em um modelo de gestão participativa e que tudo é feito no colegiado. Tem também reunião bimestral de uma câmara técnica. Maria informou que os polos de aplicação são: O HUCAM, que aplica medicamento para artrite reumatoide, O CREFES, que aplica toxina botolinica, O HEIMABA que realiza teste T.P.O e a Santa Casa que faz algumas infusões, como em casos de asma, urticaria e dermatite atópica. Maria informou também que a Comissão Estadual de Farmacologia e Terapêutica - CEFT - é composta por seis médicos e cinco farmacêuticos, é a comissão que avalia os medicamentos não padronizados. Esses 350 medicamentos não estão na lista. Maria disse que em dezembro de 2023 será feita a XV capacitação GEAF. Maria encerrou sua apresentação. O Presidente 352 Marcio, passou a palavra para o Conselheiro Alexandre. Alexandre disse que: 353 "Estamos diante de uma situação da maior responsabilidade. Uma política 354 que está ai a dezesseis anos sem atualização". Alexandre disse que a minuta 355 da portaria contendo a proposta para a nova política de assistência estadual 356 farmacêutica, foi submetida a comissão Intersetorial de Meio ambiente, de 357 vigilância e farmacoepidemiologia, onde atua coordenando, juntamente aos 358 demais componentes, se atendo em pontos específicos. Alexandre informou 359 que foi apresentada ao comitê a minuta da portaria e que irão subsidiar com 360 suas análises e parecer uma possível decisão do conselho. Alexandre 361 destacou o mérito do tema, como extremamente necessário, já que a política 362 vem avançando em sua implementação. Com relação aos principais diagnósticos apresentados, foram observadas: a questão das demandas 364 judiciais; a falta de interoperabilidade no sistema; a estrutura deficitária para 365 a central de armazenamentos de produtos farmacêuticos. Alexandre disse 366 considerar esses três grandes problemas, como tratáveis na política. Alexandre prosseguiu dizendo que, com relação as demandas judiciais, na política, o item 10 do artigo 6°, sugere-se dar maior ênfase a esse problema, como por exemplo citar a importância para que o poder judiciário, em suas instancias, divulgue, crie e demande aos Núcleos de Assessoria Técnica (NAT) ou similar todas as demandas judicias, principalmente aquelas







372 relacionadas a medicamentos. Observamos que não foi citado a Portaria nº 373 034-R de 07/03/2022, que dispõe sobre a execução de demandas judiciais no 374 âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências. A 375 exemplo da Política Estadual do RS este tema foi tratado em um eixo a parte. 376 Com relação a letra "b", entende-se que por tratar de sistema do Ministério da 377 Saúde (SIA/SUS), a Política Nacional de Informação em saúde por meio da 378 implantação da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), estará tratando 379 deste assunto de forma mais resolutiva. Entretanto, entende-se ser 380 importante mencionar sobre a diretriz de interoperabilidade dos sistemas não 381 observado no item III do artigo 6. E quanto a letra "c", o assunto está sendo 382 tratado por meio de um projeto de Parceria Público Privado para um Projeto 383 de Logística em Saúde, conforme descrito no Plano Estadual de Saúde (ver 384 resolução CGP-ES nº 17 de 04/08/2022). A minuta em questão no artigo 6, item IV, propõe: "IV. Fomentar a restruturação física, organizacional e operacional de todos os segmentos do ciclo de assistência farmacêutica ..." Este ponto merece importância crucial pois apesar dos critérios legais definidos é comum o funcionamento das Centrais de Abastecimentos Farmacêuticos (CAF), estar em desacordo de regramento das Resoluções da ANVISA que tratam das Boas Práticas de Armazenamento. 3- Financiamento da AF. A comissão sugeriu incluir no texto sobre o co-financiamento estadual, a exemplo de outras Políticas Estaduais Farmacêutica (PEAF) como a do Ceará, publicado no Resolução nº 55/2021 do Conselho Estadual de Saúde do Ceará. (CESAU/CE). De forma, dar transparência e reafirmar pactuações feitas em resoluções da Comissão Inter gestores Bipartite (CIB). 4- Destaques especiais no texto da minuta de alta relevância: I- Tratamento das fórmulas nutricionais; II- Incentivo à adesão ao SERP (Sistema Estadual de Registro de Preço); III- Importância e relevância as Agências Municipais de Agendamento (AMAS) para os pequenos 399 municípios; IV- Estratégias para implantação de Centros de Referência e/ou Polos para Administração Parenteral de Medicamentos; V- Gestão clínica e 401 qualificação dos serviços farmacêuticos e do ensino e pesquisa artigos 09 e 402 10. 5- Com relação à assistência farmacêutica domiciliar, Considerando a 403 transversalidade desta política e sua inserção direta com a assistência à 404 saúde da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, a CISMAV embora 405 considere importante tratar do assunto, entende que esta ação deve estar 406 contemplada nas Políticas Municipais uma vez que são os municípios que 407 têm responsabilidade direta sobre a integralidade do cuidado de saúde do 408 cidadão. Tratar da ideia de "ter medicamentos entregues em domicílio" pode 409 ser perigosa pois, corre o risco de desvincular o produto farmacêutico do 410 cuidado em saúde, o que pode gerar um grave risco para saúde pública, uma 411 vez que reforça seu papel de mercadoria. O produto farmacêutico tem triplo significado, de ser ao mesmo tempo um bem comercial, um cuidado e um símbolo de saúde. Desta forma, a possibilidade da assistência farmacêutica domiciliar para usuários idosos, pessoas com deficiência ou com doenças que comprometem a lucidez (doenças demenciais, psiquiátricas) deve estar no contexto da assistência multiprofissional, da corresponsabilidade do cuidador familiar/leigo e do profissional prescritor bem como das responsabilidades civis de cada um destes. E não apenas da Política de







419 Assistência Farmacêutica (AF) de "fornecer em domicílio", por isto, é 420 recomendável não tratar do tema nesta minuta de Política Estadual da AF. 421 Incorporar no texto ações da Lei federal nº 14.654 de 23/08/2023 que tornou 422 obrigatório a divulgação dos estoques dos medicamentos nas farmácia 423 públicas com atualização quinzenal. Estes são os principais pontos de 424 reflexão e sugestão de alteração da minuta apresentada que devem ser 425 tomados em consideração para aprovação pelo Pleno do CES. Alexandre 426 encerrou a leitura e a palavra foi concedida a Senhora Maria Maruza Carlesso, 427 Maruza agradeceu e disse ser super. louvável o trabalho que a GEAF fez em 428 trazer a política de assistência farmacêutica pro conselho, mas, quanto a 429 questão do almoxarifado, ele é anterior a mil novecentos e noventa. Maruza 430 disse ter condenado o almoxarifado na época em que ele era CEME.Maruza 431 disse que o almoxarifado não sai do estado em que se encontra e que é um 432 absurdo o estado ter altos gastos com medicamentos e não ter onde 433 armazenar. Maruza disse ainda que o almoxarifado já melhorou muito, mais ainda há o que melhorar. A conselheira Antonia Genecy disse ser importante que o conselho estadual de saúde monitore a política de assistência farmacêutica. Destacou a questão dos contratos de trabalho, interferindo na continuidade da assistência. O conselheiro Zaldimar Tadeu da Silva, disse ser importante essa política, que é problemática, mas essencial para a sociedade. Zaldimar parabenizou pelo cuidado manifestado com a política, ressaltando que o cidadão ainda chega com dificuldade, devido aos gargalhos, sendo importante um olhar diferenciado do governo cuidando dos medicamentos. Maria Jose retomou a fala e disse que as condições sanitárias são muito 442 bem tratadas e informou que o mês de setembro fechou com setenta e um 443 milhões em estoque. Maria disse que a equipe é dedicada, e que por furo na 444 programação não faltam medicamentos. Informou que está sendo elaborado um termo de referência - TR - para o almoxarifado, e que está pedindo seção de dois estados que tem sistema próprio. Após as análises foi sugerido por 447 Maruza e Alexandre que deveria ser feito uma recomendação com os pontos 448 levantados na minuta. O Presidente Marcio submeteu a minuta a aprovação 449 do pleno considerando as inserções pontuadas pelo comitê. A minuta foi 450 aprovada e o conselheiro Zaldimar solicitou que a minuta voltasse na 451 próxima reunião possibilitando abertura de diálogo e efetivação num curto 452 período. O Presidente concedeu a fala ao Senhor Thiago Rodrigues, 453 explicando que nesse momento seria apresentado ao pleno o ponto de pauta 454 3- Tribuna LIVRE: - "Panorama sobre a Política de HIV e AIDS no território 455 capixaba". Relatoria: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV ou AIDS. 456 Thiago Rodrigues Secretário Político RNP+ES, Iniciou sua apresentação 457 trazendo um panorama sobre o número de pessoas vivendo com HIV/AIDS no 458 ES. Informou que até setembro de 2023, a SESA tem registrado 54 mortes de 459 pessoas com HIV, no ES. Disse que haverá um salto de 21.000 para quase 460 23.000 mil pessoas vivendo com HIV, dado que poderá ser visto no próximo 461 boletim epidemiológico. interim ressaltou Nesse 462 preconceitos, bem como o abandono ao tratamento, contribuem nos altos índices de morte. Citou o nome de Nair Brito, informando que ela foi responsável pela articulação com o Governo Federal, abrindo caminhos do acesso ao antirretroviral (TARV). Disse também ser necessário que o



491

492

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512





466 conselho se atente ao crescente número relativo a infecções pelo HIV, e 467 também pela sífilis e informou que somos o segundo estado da nossa 468 federação com o maior número de infecções por sífilis sinalizando a 469 necessidade de fazer mais testagens Disse que vê muito a SESA nos eventos 470 colocar a responsabilidade nos seus municípios, dizendo ser importante que 471 a coordenação estadual incentive o município a fazer alguma coisa. "Eu 472 entendo que a diretriz funciona do governo federal, para o estado e depois 473 para o município. Tem deveres que a gente tem que assumir pra si, assim 474 como é dever do estado, puxar essa pauta do HIV de novo. Como foi pauta 475 muito importante a quarenta anos atrás, quando começou a epidemia do HIV no mundo, e assim puxar campanhas de ação e prevenção". Disse ser muito importante que o governo e seus representantes lembrem e conscientizem que o HIV está aí e não faz escolhas de cor, raça, etnia ou condição social. Enfatizou que o Brasil ainda não tem política sobre a PREP Injetável, embora ela já exista no mundo. Enfatizou também que não consegue falar com a coordenação estadual do HIV e que vem participar enquanto fiscalizador social. Disse que é necessário estruturar o cargo de coordenador estadual, e que o conselho paute isso, pois foi pautado na conferência de Saúde. Informou que a Portaria 232/2022 é a portaria de ações de vigilância para o HIV, e o estado tem municípios e fundos municipais que não participam das reuniões e não sabem que é possível usar os incentivos e auxílios, por isso o conselho precisa levar essa informação aos municípios. Falou da importância da campanha do movimento social, junto ao setor público. O estado do Es teve a melhor representação em fortaleza, realizada em outubro, e sediará o trigésimo encontro de pessoas vivendo com HIV em Vitoria. O Espirito Santo 490 foi o estado que teve o melhor entendimento da Portaria 232. Reiterou a necessidade da criação do cargo de coordenador no estado, publicitando informações para além das redes sociais. Disse novamente que é preciso 493 informar, inclusive sobre a PREP - Profilaxia pré exposição- e o PEP -494 Profilaxia pós exposição. Citou o envelhecimento da população com HIV e a 495 importância do redirecionamento do cuidado para esta faixa etária e seu acolhimento. Finalizou dizendo achar preocupante esse panorama, e que em estado com setenta e oito municípios é preciso olhar para a notificação e o elevado número de óbitos, além de buscar zerar o número de infecções. Disse não acreditar na cura, mas na prevenção e melhoria do cuidado. Convidou o conselho para participar do ato da Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV que será realizado no dia 01 de dezembro, a partir das 15 horas, em frente ao palácio Anchieta, quando a pauta HIV/AIDS será trazida à tona juntamente com as demais ISTS, pois falar sobre as formas de prevenção e contaminação requer que a pauta seja levada para outras secretarias, de forma transversal e isso requer também a participação desse conselho. O Presidente Marcio agradeceu ao Senhor Thiago pela explanação e disse que o assunto seria encaminhando para o Comitê intersetorial de Direitos Humanos, sobre a importante fala referente a estruturação do serviço no estado do ES. O Presidente passou então para o ponto de pauta 8: Relato das comissões e comitês do CES, convidando os inscritos para se apresentarem. A Conselheira Antonia Genecy fez a leitura do relatório, conforme segue: Relatório sobre a Visita ao Complexo Penitenciário de Viana



514

515

516

517

518

519 520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559





Introdução: O Comitê de Direitos Humanos e Promoção da Equidade do Conselho Estadual de Saúde empenhou-se em avaliar a situação da saúde prisional e a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Precedendo esta visita, o comitê organizou um debate de grande relevância, convocando referências técnicas das Secretarias de Saúde e de Justiça. Nessa reunião, datada em 05/09, questões essenciais foram levantadas, enfatizando a necessidade de compreender a entrega de medicação para mulheres com HIV em privação de liberdade e os critérios de entrada no presídio LGBT. Visita 4Técnica ao Complexo Penitenciário de Viana (08/11/2023): Os conselheiros e conselheiras do comitê decidiram marcar uma visita ao Complexo Penitenciário de Viana para conhecer o espaço, obter compreensão direta da situação da saúde prisional e avaliar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. Participantes da Visita: Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Estaduais de Saúde: - Antonia Genecy Teixeira de Oliveira, Isaque de Oliveira, Márcia Naomi Shigetomi, Sidney Parreiras de Oliveira - Valdirene Correa Vasconcellos. Além dos conselheiros, a equipe foi acompanhada por apoio administrativo do Conselho Estadual de Saúde, Auriceia Costa, e contou com a participação dos bolsistas do ICEPI Ana Clara Fraga e Gilmara Gomes da Silva Sarmento. Durante a visita ao Complexo Penitenciário de Viana, incluímos a Unidade de Referência LGBTQIA+ e a Unidade de Saúde do Sistema Penal (USSP) em nosso itinerário. Nosso objetivo primordial foi observar a dinâmica dos profissionais de saúde, compreendendo o funcionamento e as práticas de atendimento, entretanto, não se realizaram perguntas específicas ou entrevistas estruturadas. Esta abordagem permitiu uma imersão guiada nas instalações, destacando nossas limitações enquanto controle social da saúde nesse contexto Fomos informados sobre a estrutura da Gerência de Saúde do Sistema Penal, composta pelos núcleos de Enfermagem, Farmácia e Nutrição. Seu papel abrange o planejamento, organização, coordenação, supervisão, controle e avaliação das ações de promoção, prevenção e assistência à saúde dos internos. Esta gerência define prioridades para atendimento médico, odontológico, ambulatorial, psicológico, psiquiátrico e social, além das atividades nas divisões ambulatoriais, que pudemos visualizar durante nossa visita. Por outro lado, a USSP se diferencia pela disponibilidade de recursos e equipamentos mais amplos. A unidade possui leitos, eletrocardiograma, monitor cardíaco, aparelho de raio-x, cadeiras reclináveis para medicação e equipamentos de esterilização. Além disso, conta com uma sala destinada a serviços de evidenciando fisioterapia. um maior suporte е comparativamente à unidade de referência LGBTQIA+. Desafios da Saúde Prisional: Durante nossa visita, destacamos dois desafios críticos na saúde prisional do Espírito Santo, trazidos pela responsável pela condução da visita. A tuberculose foi identificada como uma preocupação substancial. ressaltando a importância de estratégias efetivas para controlar doenças infecciosas dentro do ambiente carcerário. Além disso, a saúde mental das pessoas privadas de liberdade foi enfatizada como um ponto sensível e desafiador para a equipe de saúde. A responsável apontou que as condições



561

562 563

564

564

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606





de encarceramento frequentemente contribuem para o desenvolvimento e agravamento de transtornos mentais, com o episódio depressivo maior e o transtorno de ansiedade sendo os mais prevalentes neste contexto. Impressões dos Participantes: As impressões relatadas aqui possuem um viés específico dos conselheiros(as), sendo influenciadas pela área de atuação de cada um. Aspectos Físicos e Estruturais: - Necessidade de obras - Condições precárias das cadeiras e infiltrações nas paredes. odontológicas. - Remuneração abaixo do piso para profissionais da Odontologia. Recepção e Interações na Visita: - Recebimento protocolar, com restrição à interação com os detentos. - Falta de comunicação direta com reclusos, resultando na ausência de reclamações ou alertas. - Percepção de uma visita esvaziada de conteúdo, necessitando de melhor preparação do roteiro e conteúdo para visitas futuras. Conclusões e Próximos Passos: Concluímos que é fundamental continuar acompanhando e debatendo no comitê, inclusive cobrando da SESA os indicadores. Esse movimento é de extrema importância, pois atravessa questões de direitos humanos e promoção da equidade, alinhadas com as atividades do comitê. O Comitê continuará a debater e analisar a situação da saúde prisional, reconhecendo a importância do agendamento da próxima visita (24/01/2023, às 10h em para estarmos mais preparados е realizarmos acompanhamento mais efetivo e aprofundado. Convidamos todos os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde a se juntarem a nós neste compromisso contínuo com a saúde prisional. Anterior à próxima visita marcada para 23 de janeiro de 2023, em Cariacica, planejamos realizar uma reunião extraordinária do Comitê de Direitos Humanos e Promoção da Equidade. Esta reunião pretende não só abordar os aprendizados e desafios da visita recente ao Complexo Penitenciário de Viana, mas também convidar novas perspectivas e contribuições para fortalecer nossa atuação como controle social da saúde. O debate promete ser um espaço de reflexão profunda e construção conjunta de estratégias para melhorias no sistema prisional. Todos os interessados em se unir a essa discussão são mais que bem-vindos, demonstrando nosso comprometimento coletivo com a saúde e os direitos humanos dentro do contexto carcerário. Fomos informados sobre a estrutura da Gerência de Saúde do Sistema Penal, composta pelos núcleos de Enfermagem, Farmácia e Nutrição. Seu papel abrange o planejamento, organização, coordenação, supervisão, controle e avaliação das ações de promoção, prevenção e assistência à saúde dos internos. Esta gerência define prioridades para atendimento médico, odontológico, ambulatorial, psicológico, psiquiátrico e social, além das atividades nas divisões ambulatoriais, que pudemos visualizar durante nossa visita. Por outro lado, a USSP se diferencia pela disponibilidade de recursos e equipamentos mais amplos. A unidade possui leitos, eletrocardiograma, monitor cardíaco, aparelho de raio-x, cadeiras reclináveis para medicação e equipamentos de esterilização. Além disso, conta com uma sala destinada a serviços de evidenciando um maior suporte е infraestrutura comparativamente à unidade de referência LGBTQIA+. Desafios da Saúde Prisional: Durante nossa visita, destacamos dois desafios críticos na saúde prisional do Espírito Santo, trazidos pela responsável pela condução da



608

609

610

611

612

613 614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637





visita. A tuberculose foi identificada como uma preocupação substancial. ressaltando a importância de estratégias efetivas para controlar doenças infecciosas dentro do ambiente carcerário. Além disso, a saúde mental das pessoas privadas de liberdade foi enfatizada como um ponto sensível e desafiador para a equipe de saúde. A responsável apontou que as condições de encarceramento frequentemente contribuem para o desenvolvimento e agravamento de transtornos mentais, com o episódio depressivo maior e o transtorno de ansiedade sendo os mais prevalentes neste contexto. Impressões dos Participantes: As impressões relatadas agui possuem um viés específico dos conselheiros(as), sendo influenciadas pela área de atuação de cada um. Aspectos Físicos e Estruturais: - Necessidade de obras e infiltrações nas paredes. - Condições precárias das cadeiras odontológicas. - Remuneração abaixo do piso para profissionais da Odontologia. Recepção e Interações na Visita: - Recebimento protocolar, com restrição à interação com os detentos. - Falta de comunicação direta com reclusos, resultando na ausência de reclamações ou alertas. Percepção de uma visita esvaziada de conteúdo, necessitando de melhor preparação do roteiro e conteúdo para visitas futuras. Após a leitura a Conselheira Genecy disse ter considerado a visita muito impactante, mas que o comitê foi alertado a não fazer perguntas e por isso considerou que não houve interação com os que ali estavam," foi um negócio muito protocolar". Genecy disse que foi a primeira vez que entrou em uma unidade prisional. O Conselheiro Sidney disse que a visita foi motivada por apreciações trazidas por Deborah Sabará e que acha importante discutir a questão do atendimento em saúde ser realizado dentro da unidade de saúde, que está disponível dentro do presidio, já que existe a reclamação de que é complexo retirar o detento para ser assistido, já que envolve deslocamento e segurança. A conselheira Rita de Boni reforçou o convite para o encontro da CISTT que será realizado no dia vinte e quatro de novembro no auditório do SINDSAUDE Não havendo mais assuntos a tratar. O presidente Marcio agradeceu a presença de todos e encerrou a 248 ROº do Conselho Estadual de Saúde, as 17:40 horas do dia 16 de novembro de 2023.

638639640

Marcio Flavio Soares Romanha Presidente do Conselho estadual de Saúde do ES

642 643 644

645

646

641

Cynara Azevedo Secretária Executiva do CES/ES.

647 648

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória – ES CEP.: 29.050-625 – Tel: (27) 3636-8323 / 3636-8279 E-mail: ces@saude.es.gov.br







ATA – 249^a Reunião Ordinária 19 de dezembro de 2023

002 003 004

005

006

007 008

009

010 011

012

013 014

015

016 017

018

019 020

021

022 023

024

025 026

027

028 029

030

031 032

033

034

035 036

037

038 039

040

041 042

043

044 045

001

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde -CES/ES, situado na sede da Secretária de Estado da Saúde - SESA - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, sob a Presidência do Conselheiro Marcio Flavio Soares Romanha realizando sua 249^a (ducentésima quadragésima nona) Sessão Ordinária. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Batista (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA, Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Phablo Gabriel Dobrovolsky da Silva (FEHOFES), Luiz Carlos Reblin (MS), Denise Mara Ramaldes (COSEMS/ES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Andreia Scalfoni Menini (SINDENFERMEIROS), Alexandre Coutinho Sattler (SINFES), Marcia Naomi Shigetomi (SINODONTO), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAUDE- ES), Maria Rita de Boni (SINDSAUDE-ES), Eliane Maria de Souza (SINTUFES), Zaldimar Tadeu da Silva (FETAES), Marcio Flavio Soares Romanha (CUT), Wesley Bonifácio Dias (SINIMETAL), Sidney Parreiras de Oliveira (PVHA), Isaque de Oliveira Lima (PVHA), Milene da Silva Weck Terra (UBM), Lindomar Jose de Almeida Silva (FASMA), Maria Aparecida Alves Souza (FASMA) Natania dos Santos Pissinate (ANPG), Antonia Genecy Teixeira de Oliveira (MITRA), Ana Paula Castelo Fonseca Moreira (GAPCCI), Darcy Viguetti Fassarela (GAPCCI) .Ausência Justificada: Pablo Reis Garcia Perez. Estavam propostos para esta reunião os seguintes pontos de pauta: PAUTA: 1- Informes: Relatoria: Secretário Geral 2- Debate e aprovação: Minuta da Mesa Permanente de Negociação na Saúde do ES. T Relatoria: Geiza Pinheiro (Sindsaúde) 3-Aprovação - Minuta da Política Nacional de Saúde Bucal. Relatoria: Márcia Naomi (SINODONTO) 4- Aprovação - Minuta Política Estadual de Assistência Farmacêutica. Relatoria: Alexandre Sattle (SINFES) 5- Aprovação - Minuta PES 2024 - 2027. Relatoria: Márcio Romanha (CUT) 6- Aprovação - Minuta



047

048

049 050

051

052 053

054

055 056

057

058 059

060

061 062

063

064 065

066

067 068

069

070 071

072

073074

075

076 077

078

079 080

081

082

083 084

085

086 087

880

089 090

091

092





RECOMENDAÇÃO hemofílicos. Relatoria: Sidney Parreiras (PVHA) 7-Apresentação e debate - "Mutirão e regulação - Cirurgias no ES" Relatoria: Carolina Sanches. Pauta de número 8: Indicação para relatoria externa no Grupo de Trabalho Intersetorial da Política Nacional Integral de Proteção a Adolescentes em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória (SMAISARI) . Relatoria: Sidney Parreiras de Oliveira. 9 -Apresentação da análise do perfil dos participantes na decima conferencia estadual de saúde. Relatoria: Projeto ICEPI. 10: Resoluções do CNS aprovações dos relatórios das comissões CES/ES Cynara Azevedo O presidente Marcio Flavio Soares Romanha iniciou a reunião cumprimentando a todos e destacando que O mês de dezembro é o mês de conscientização do cuidado e da progressão dos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS, campanha denominada "dezembro Vermelho "e é também dedicado a prevenção do câncer de pele, campanha denominada "dezembro laranja". O Presidente após fazer sua auto descrição concedeu a palavra a conselheira Caroline Gomes Coura Batista. Caroline informou que o Secretario Estadual de Saúde não estaria presente nesta reunião por uma demanda externa, mas estava manifestando os parabéns ao conselho pela agenda desse ano, pela Conferencia de saúde, e desejando a todos um feliz ano novo. Não havendo informes oficiais conforme previsto no ponto de pauta 1, o presidente passou para o ponto de pauta 2 - Debate e aprovação: Minuta da Mesa Permanente de Negociação na Saúde do ES. Relatoria: Geiza Pinheiro (Sindsaúde). O presidente Marcio informou que a minuta a ser tratada neste momento já havia sido apreciada no conselho e agora os conselheiros deveriam se ater a alguns pontos que ficaram pendentes, como a questão da composição e alguns outros detalhes que seriam colocados para a leitura. O presidente lembrou que o Regimento Interno já estava aprovado e que algumas alterações surgiram após uma reunião com a bancada dos trabalhadores. A conselheira Geiza Quaresma salientou que O retorno da mesa foi aprovado pelo pleno do CES e que houve a necessidade de fazer algumas alterações, acréscimos e melhorias no novo regimento, sendo o retorno da mesa, de suma importância, e que há um pedido nacional para que todos os



094

095 096

097

098

099 100

101

102103

104

105 106

107

108 109

110

111 112

113

114 115

116

117118

119

120 121

122

123124

125

126 127

128

129

130 131

132

133134

135

136137

138

139





conselhos municipais sigam essa diretriz, criando suas mesas de negociação, sendo importante a leitura do regimento, que contou com a participação dos trabalhadores e centrais sindicais, e o retorno da mesa com a amplitude atual. O presidente Marcio informou que foram poucos os artigos que precisaram de adendo. Dentre estes o artigo II que fala da bancada, ficou com a seguinte redação : A bancada de gestores se constituirá de um (1) representante do gabinete do secretário de estado da saúde; um (1) representante da subsecretaria de assuntos de administração financiamento; um (1) representante do COSEMS; um (1) representante da subsecretaria de estado de atenção à saúde; um (1) representante da gerencia de recursos humanos da SESA; um (1) representante da SEGER; um (1) representante do ICEPI; um (1) representante da Fundação INOVA; um (1) representante da FEHOFES. Da bancada dos trabalhadores: um (1) representante dos SINDIENFERMEIROS; um (1) representante do SINFEZ; um (1) representante do SIMES; um (1) representante do SINIODONTO; um (1); um (1) representante do SINDIPSI; Um (1) representante do SINDSAUDE; Um (1) representante do SINDPUBLICOS; dois (2) representante das centrais sindicais para ficar a mesma numeração acima. Marcio informou que foram incluídas as centrais que tem participação no conselho e que conforme o regimento, a reunião da mesa somente será instalada, se estiverem presentes a maioria absoluta das partes que acompanham, e as decisões só serão tomadas, se houver consenso. Marcio Destacou o Artigo XI, sessão I, que diz que: O processo de negociação da mesa será coordenado por um representante escolhido na reunião anterior, em sistema de rodizio, intercalando gestor e representantes das entidades sindicais. Marcio lembrou também que esse texto é o mesmo constante no regimento de 2014, que já foi aprovado e agora foi mantido. Quanto as disposições: Também foi mantido o texto que estava em 2014, que fala das despesas da mesa. As despesas serão de responsabilidade do fundo estadual de saúde (FES) e caberão também a subsecretaria de ação e financiamento em parceria com o conselho incluindo orçamento, recursos e funcionários além de um secretário executivo especifico para essa mesa, Esse secretario deve ser constituído pela



141

142143

144

145

146147

148

149150

151

152153

154

155 156

157

158 159

160

161 162

163

164 165

166

167 168

169

170171

172

173174

175

176

177178

179

180 181

182

183 184

185

186





secretaria. Dessa forma foi explicado que cabe a Secretaria Estadual de Saúde prover os recursos para fazer a adequação da mesa estadual de negociações permanente do SUS no ES Marcio disse que essas foram as principais adequações e submeteu o regimento ao pleno para a votação. O regimento foi aprovado com (1) uma abstenção proferida pelo conselheiro Mansour Cadais Filho. O Presidente passou então para o ponto de pauta de número 3: Aprovação da Minuta da Política Estadual de Saúde Bucal. Relatoria: Márcia Naomi (SINODONTO). A conselheira Marcia Naomi informou que a minuta hora apresentada já havia passado pela apreciação do comitê intersetorial de direitos humanos e promoção a equidade do CES. Marcia leu o parecer para os presentes, dando destaque as recomendações. Foi apresentado ao pleno o recomendado, constando as seguintes propostas orientadoras:1 - Instituir no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Saúde; a Coordenação Estadual de Saúde Bucal (Núcleo Especial) com a função de induzir as políticas de saúde bucal do Sistema Unico de Saúde(SUS) no Estado do Espírito Santo, além de, acompanhar a evolução da atenção em saúde bucal nos municípios, promover a qualificação dos profissionais, realizar monitoramento das ações e serviços na atenção primária, secundária e terciária, participar de ações de vigilância em saúde ao que estabelece a Lei federal 8080 de 19 de setembro de 1990, no tocante as atribuições do nível estadual do SUS no artigo 6º no inciso l,letra "e";e no artigo 17 inciso IV letras ; "c" e "e", dentre outras atribuições. 2. Disponibilizar no âmbito da Coordenação Estadual de Saúde Bucal, a ser criada, os meios necessários ao seu adequado desempenho a saber: equipe técnica especializada, recursos orçamentários e financeiros e meios materiais aos fins que se destinam. 3. Instituir no âmbito do Estado do Espirito Santo a Rede Estadual de Saúde Bucal conforme recomendação da Política Nacional de Saúde Bucal de 2004 e disposto na Lei 14.572 de 08 de maio de 2023. Marcia destacou que aos municípios do estado do Es foi recomendado: Aos Conselhos Municipais de Saúde: 1. Promover discussão acerca da atenção à saúde bucal desenvolvida pelos municípios capixabas à luz dos indicadores de cobertura, assim como, cobrar a adesão à Política



188

189

190 191

192

193194

195

196197

198

199 200

201

202203

204

205206

207

208 209

210

211212

213

214215

216

217218

219

220221

222

223

224225

226

227228

229

230231

232

233





Nacional de Saúde Bucal; e iniciativas para captação dos recursos disponibilizados pelas Portarias GM/MS Nº 960 de 17 de julho de 2023 institui o Pagamento por desempenho da Saúde Bucal na APS no âmbito do SUS e GM/MS N° 751/2023 de 15 de junho de 2023 que garante recursos federais para implantação de Serviços de Especialidades em Saúde Bucal em âmbito da APS. Acompanhar e fiscalizar as iniciativas para captação dos recursos disponibilizados pelas Portarias GM/MS Nº 960 de 17 de julho de 2023 institui o Pagamento por desempenho da Saúde Bucal na APS no âmbito do SUS e GM/MS N° 751/2023 de 15 de junho de 2023 que garante recursos federais para implantação de Serviços de Especialidades em Saúde Bucal em âmbito da APS.O Presidente Marcio Flavio informou ao pleno que todos haviam recebido a minuta em sua integra, por e-mail, e que Marcia fez a leitura dos pontos que haviam sofrido adequações. O presidente submeteu a minuta Estadual de Saúde Bucal do ES ao pleno, para votação. A minuta foi aprovada. O presidente encerrou esse pleito e informou ao pleno que o ponto de pauta de número 4, fora retirado de pauta, a pedido do próprio relator, e passou para o ponto de pauta 5 abordando: A aprovação Da Minuta PES 2024 **–** 2027. Relatoria: Márcio Romanha. Nesse momento, a presidência do Conselho Estadual de Saúde foi assumida pela conselheira e vice presidente do CES, Milene da Silva weck, pois Marcio Flavio Romanha assumiu a relatoria desse ponto, conduzindo como coordenador da CIOF, os devidos encaminhamentos sobre a MINUTA PES 2024-2027. Marcio Informou que o parecer fora enviado a todos com antecedência e fez a leitura dos seguintes considerados O PES 2024/2027 está dividido em 05 Diretrizes, e subdividido em 15 Objetivos e 100 Metas. Conforme informado acima, o presente parecer é fruto da análise feita pelos membros da CIOF. Assim, a partir da avaliação do Plano Estadual de Saúde 2024/2027 e, ao proceder comparação com o plano de 2020/2023, verificamos o não planejamento de algumas políticas que constavam no PES em vigência. Preocupa-nos esta situação, pois pode ocorrer falta de continuidade. Também verificamos que algumas políticas importantes não estão contempladas. Sendo assim, destacaremos, a seguir as principais constatações, e recomendamos que o planejamento da SESA as



235

236237

238

239240

241

242243

244

245246

247

248249

250

251252

253

254255

256

257258

259

260261

262

263264

265

266267

268

269270

271

272273

274

275276

277

278279

280





acrescente no PES 2024-2027. Na DIRETRIZ 01: • Rede de Urgência e Emergência: M 1- Qualificar leitos de UAVC; • Rede de Atenção Materno Infantil: 1- Reduzir a gravidez na Adolescência; • Atenção Primária à Saúde: 1- Alcancar 100% de homogeneidade na cobertura vacinal em menores de 2 anos de idade; • Vigilância em Saúde: 1- Realizar 100% das análises em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez; 2- Redução dos casos de acidentes por animais peçonhentos em humanos no ES; 3- Ampliar o acesso ao tratamento de IST's (HIV, Sífilis...), garantindo o pleno acesso aos métodos de prevenção (Ex: Preservativos, PEP, PrEP, I=I e outras); • Assegurar o acesso dos usuários aos medicamentos padronizados no SUSES: 1-Implantar melhorias nas questões de armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos. • Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doencas e Agravos Crônicos: 1- Iniciar em até 60 dias a partir do diagnóstico o tratamento de 100% dos pacientes diagnosticados com câncer no SUS; 2- Ampliar o acesso e cuidado à Saúde da Pessoa Idosa; 3-Descentralizar os Hemocentros (Hemofilia). Na DIRETRIZ 02: • Reabertura e funcionamento da Mesa de Negociação Permanente do SUS: 1- Garantir a reabertura e funcionamento da Mesa de Negociação Permanente do SUS; Na DIRETRIZ 05: • Aprimorar mecanismos de democracia participativa e controle social no SUS: 1- Garantir os recursos necessários para o pleno funcionamento do Conselho Estadual de Saúde e para a realização de ações e eventos para o fortalecimento do Controle Social no SUS Capixaba. Sugere ao Pleno a aprovação do presente Parecer do Plano Estadual de Saúde - PES 2024-2027 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA-ES, com as recomendações citadas anteriormente, por entender que o mesmo atende ao que estabelece a Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012. A análise do relatório foi realizada pelos seguintes conselheiros membros da CIOF: Alexandre Coutinho Satther; Antônia Genecy Teixeira de Oliveira; Cristiano Ribeiro de Araújo; Márcia Naomi Shigetomi; Márcio Flávio Soares Romanha; Sidney Parreiras de Oliveira. É o parecer. Milene oportunizou aos conselheiros (as) a oportunidade para a apreciação da minuta apresentada. A



282

283 284

285

286

287 288

289

290 291

292

293294

295

296 297

298

299 300

301

302 303

304

305 306

307

308 309

310

311312

313

314 315

316

317

318 319

320

321 322

323

324 325

326

327





Conselheira Ana Paula, do grupo de apoio a pacientes com câncer de Cachoeiro de Itapemirim disse que "Farei uma observação na rede crônicas, com relação ao câncer. Precisamos dar atenção a lei de trinta (30) dias. Hoje já temos um avanço ao cumprimento da lei sessenta dias. A partir do diagnostico temos um avanço muito grande relativo a inserção desse paciente ao tratamento. Pouco tem se falado do diagnóstico. Na maioria dos casos, nós somos da região sul e o ano passado visitamos os vinte e seis (26) municípios da macro região sul. Percebemos que existe uma fragilidade dentro das secretarias municipais de saúde. A atenção primaria, as unidades básicas de saúde têm uma dificuldade, na organização, no planejamento e no diagnóstico e isso faz com que as pessoas cheguem, num cumprimento dos sessenta dias, num estágio muito tardio. Hoje no câncer de colo retal, por exemplo, temos setenta e cinco por cento dos pacientes diagnosticados que já chegam em fase avançada e a gente precisa melhorar isso, temos uma lei e é só cumprir. O câncer não é uma doença da morte. Noventa e oito por cento das mulheres hoje que chegam cumprindo a lei dos trinta dias ela pode sair de lá curada. Por isso temos debatido muito o cumprimento dessa lei. A gente precisa enfatizar, visitar os conselhos municipais e cobrar dos gestores esse acesso, que está sendo tardio. Na reunião do nosso conselho, o estado diz que não tem fila e o município diz que não tem acesso a mamografia. Temos uma conselheira, a Graça que faleceu após aguardar por oito meses uma mamografia". Marcio Romanha disse que a comissão avaliou o que já estava no plano e solicitou que Ana Paula, passasse o número da lei para ser inserido no documento apresentado. Milene corroborou com a colocação de Ana Paula. O conselheiro Mansour Cadais também salientou a dificuldade de tratamento e a fila na regulação estadual, aguardando agendamento e provocando o avanço do câncer. Milene disse que o médico generalista têm atendido, mas as pessoas estão ficando por meses aguardando uma especialidade e que é necessário corrigir e criar mecanismos mais eficazes entre a ponta generalista e as especialidades. Milene disse também da importância do contato com as pessoas e do adoecimento que afeta toda a família e que requer agilidade. Milene sugeriu



329

330

331 332

333

334 335

336

337 338

339

340 341

342

343 344

345

346 347

348

349 350

351

352 353

354

355 356

357

358 359

360

361

362 363

364

365 366

367

368 369

370

371 372

373





que seja realizado um seminário para debater falhas e gargalhos, que estão existindo apesar da informatização. Milene convidou a comunicação de educação permanente para contribuir nesse sentido, destacando que devem ser tirados encaminhamentos. O conselheiro Ricardo Ewald também disse que a questão da mulher é séria e está fora de controle, e que o serviço oferecido está no limite. Milene submeteu a MINUTA PES 2024-2027 ao pleno para votação e a minuta foi aprovada com uma (1) abstenção. Milene retornou a presidência a Marcio Flavio Soares Romanha. Marcio informou o ponto de pauta de número 6- Tratando sobre a aprovação da - Minuta de RECOMENDAÇÃO hemofílicos. Relatoria: Sidney Parreiras. O conselheiro Sidney Parreiras informou ao pleno que a construção dessa recomendação envolveu os componentes do comitê de direitos humanos, a associação de hemofílicos no ES e o ICEPI. Sidney destacou que o comitê compreendeu as lutas e dificuldades relacionadas ao diagnóstico e quanto ao atendimento dessas pessoas. Sidney concedeu a palavra a conselheira Antonia Genecy, para que fizesse a leitura da minuta contendo a recomendação em favor da saúde dos hemofílicos no ES. Genecy fez a leitura constando em sua integra a seguinte redação: RECOMENDAÇÃO nºXX dO Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.080/1990 e Lei Nº 8.142/1990, Lei Estadual Nº 7.964/2004 e alterações promovidas pela Lei Estadual 10.598/2016, bem como prerrogativas regimentais, consonância às deliberações do Plenário na xxxª Reunião Ordinária, realizada em xx de xxx de xxxx Considerando: 1. As condições de saúde dos hemofílicos e portadores de von Willebrand no estado do Espírito Santo, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade no acesso a tratamentos, medicamentos e cuidados específicos. 2. A legislação nacional e internacional que assegura os direitos e a assistência adequada para pessoas com doenças hematológicas como a hemofilia e von Willebrand. 3. A recusa de serviços de saúde aos pacientes hemofílicos, alegando falta de capacitação dos profissionais de saúde para atendê-los, resultando na desassistência a essa população vulnerável. 4. A necessidade urgente da 374 descentralização do hemocentro coordenador para OS hemocentros



377

379

380

381 382

383

384 385

386

387 388

389

390 391

392

393 394

395

396 397

398

399 400

401

402 403

404

405 406

407

408

410

411

412 413

414

415 416

417

419

420

421





375 regionais, visando expandir a área de atuação e melhorar o acesso aos tratamentos. 5. A importância da existência de um Hospital de Referência 378 especializado, fora do contexto de hospital de trauma, para que os pacientes hemofílicos e portadores de von Willebrand sejam corretamente referenciados e tratados. Considerando ainda: 6. Importância da Educação Permanente: Reconhecendo que a Educação Permanente é fundamental para capacitar os profissionais de saúde no aprimoramento contínuo de suas habilidades e conhecimentos, especialmente na prática da medicação, contemplando a profilaxia e intercorrências em pacientes com hemofilia e von Willebrand. 7. Atualizações Científicas e Abordagem Multidisciplinar: Considerando a relevância das atualizações científicas constantes e da promoção de uma abordagem multidisciplinar integrada entre diversas especialidades médicas, enfermagem, fisioterapia, psicologia e assistência social para um cuidado holístico e efetivo ao paciente. 8. Impacto da Educação Permanente na Qualidade do Atendimento: Reconhecendo que a Educação Permanente resulta em profissionais de saúde mais capacitados, capazes de oferecer um atendimento mais qualificado, baseado em evidências atualizadas e alinhado às melhores práticas no tratamento de hemofilia e von Willebrand. O Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo recomenda: 1. Implementar da Linha de Cuidado para garantir um atendimento de qualidade e sem discriminação aos pacientes hemofílicos e portadores de von Willebrand. 2. Solicitar à Secretaria do Estado da Saúde que proporcione todo o suporte logístico e financeiro necessário para a 409 efetivação desses programas de capacitação. 3. Apoiar e endossar integralmente a iniciativa do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi) em desempenhar um papel central na implementação de programas de Educação Permanente, visando a capacitação contínua dos profissionais de saúde do estado em relação ao tratamento de hemofilia e von Willebrand. 4. Recomendar que a descentralização do hemocentro 418 coordenador para os hemocentros regionais e a criação de um Hospital de Referência especializado sejam ações prioritárias para melhorar o atendimento a esses pacientes. 5. Que o processo de saúde, incluindo as



423

424

425 426

427

428 429

430

431 432

433

434 435

436

437 438

439

440 441

442

443 444

445

446 447

448

449 450

451

452 453

454

455

456 457

458

459 460

461

462 463

464

465 466

467

468





práticas, procedimentos e diretrizes propostas para o tratamento de hemofilia e von Willebrand, seja amplamente divulgado e disseminado entre todos os profissionais de saúde do estado do Espírito Santo. Essa ação visa garantir que a educação e os conhecimentos relevantes estejam acessíveis a todos os envolvidos na prestação de cuidados a essa população, assegurando uma abordagem consistente e de alta qualidade em todo o sistema de saúde estadual. Genecy encerrou a leitura e o presidente Márcio agradeceu dizendo que a temática é muito importante e que já foi incluída na CIOF essa descentralização nos hemocentros no plano estadual de saúde. Marcio submeteu ao pleno para votação a minuta de recomendação em prol da saúde dos hemofílicos do ES. A minuta foi unanimemente aprovada. Marcio anunciou o ponto de pauta de número 7- Apresentação e debate - "Mutirão e regulação - Cirurgias no ES" Relatoria: Carolina Sanches. Carolina se apresentou dizendo que é enfermeira. Iniciou sua apresentação fazendo um breve histórico das cirurgias eletivas no estado do ES a partir de 2021 quando foram retomadas as cirurgias eletivas, consultas e exames, pois a epidemia de covid havia cessado alguns serviços. Carolina disse que a meta estabelecida para 2022 era de cento e três mil cirurgias, disse que a meta foi ultrapassada e o estado realizou quase cento e seis mil. Carolina disse que a meta estabelecida para 2023 era de cento e dez mil e já chegou a cento e vinte e uma mil, cento e quarenta cinco. Carolina disse que estão na fase de pactuação com os hospitais para estabelecer a meta para o ano que vem e essa meta é analisada através da demanda reprimida, da capacidade instalada de cada unidade hospitalar e os contratos com os hospitais que são contratualizados. Caroline disse que trinta e três unidades hospitalares estão participando do plano, incluindo filantrópicos e rede própria Caroline apresentou as principais cirurgias realizadas e são elas: A cirurgia oftalmológica, a cirurgia geral, ortopédica, urológica, ginecológica, vascular, oncológica, otorrinolaringológica, nefrológica e mastologias. Caroline disse que é seguido o plano estadual, desde 2021. Caroline informou que em fevereiro de 2023 foi lançada a portaria 90 com o plano nacional de redução de filas. Caroline explicou que além do aporte estadual em prol das cirurgias



470

471

472 473

474

475 476

477

478 479

480

481 482

483

484 485

486

487 488

489

490 491

492

493 494

495

496 497

498

499 500

501

502 503

504

505

506 507

508

509 510

511

512513

514

515





е

eletivas o ministério da saúde também investiu recursos visando a ampliação desses procedimentos. Caroline disse que em 2023 o ES recebeu onze milhões para efetuar um número maior de cirurgias do que o proposto. Para isto estão sendo realizadas reuniões com todos os hospitais, inclusive os de pequeno porte para atender ao máximo o usuário capixaba e disponibilizou os seguintes links de acesso:

https://conteudo.saude.es.gov.br/smartportalcirurgiaseletivas/

https://portalbi.saude.es.gov.br/dashboard/197-mutirao-decirugias-

painel?fdata=past354days que correspondem ao painel e portal de cirurgias eletivas. Caroline informou que o ideal é não ultrapassar cento e oitenta dias de espera para a realização do procedimento cirúrgico eletivo e que esperam alcançar esta meta em 2024. Disse que hoje pela manhã já estávamos com cento e vinte e duas mil e quinhentas cirurgias produzidas e que espera atingir até o final de dezembro o número de cento e vinte cinco mil a cento e trinta mil cirurgias eletivas realizadas. O Senhor Alex Silva gerente da regulação especializada de consultas e exames informou que esta regulação tem toda uma aplicação que vem do município e que vem do estado e que todos esses dados estão monitorados, acompanhados em formato de painel e disse que precisa de um tempo maior para debater este assunto com o conselho, pois o assunto é complexo, envolvendo o município e o ministério público. O presidente Márcio acatou a proposta do Senhor Alex e disse que essa pauta seria abordada na reunião ordinária do CES em fevereiro de 2024. O conselheiro Mansour perguntou como ficar de braços cruzados enquanto as pessoas morrem? Ressaltou que há demora nos agendamentos e que essa é uma questão social que precisa ser resolvida. Disse que enquanto não se resolver os gargalhos as demandas vão triplicar e que o município diz que a responsabilidade é do estado. Disse que essa angustia é preocupante e ficamos sem solução. A conselheira Cida Alves perguntou" o que nos, enquanto servidores e conselheiros podemos fazer para estar ajudando? Eu trabalhei dez anos na US em campinho da serra, eu tenho setenta e cinco pacientes com hérnia umbilical, eu tenho cem pacientes para operar de catarata, eu tenho quatro pessoas que já foram cinco vezes no pronto



517

518519

520

521

522523

524

525 526

527

528529

530

531532

533

534 535

536

537538

539

540 541

542

543 544

545

546547

548

549 550

551

552

553 554

555

556 557

558

559 560

561

562





socorro, por causa de vesícula, ali é feito a estabilização da dor e são mandados pra casa, temos 85 servidores para prótese total de joelhos na santa casa e quatro crianças do interior do estado para operar adenoide. O que podemos fazer para que isso não volte a acontecer no nosso estado?". O conselheiro Ricardo Ewald destacou que mutirões muito resolutivos vêm sendo feitos na área da oftalmologia, com cirurgia realizada ou previamente marcada, no entanto alguns munícipes ainda esperam três anos por um procedimento. E perguntou porque esse munícipe não acessa o serviço e alguns ficam para traz? Caroline respondeu que a responsabilidade é corresponsabilidade, entre município e estado e a gente percebe realmente a questão do absenteísmo. Na parte da cirurgia eletiva, a gente não quer, não pode ter paciente aguardando, então a gente faz toda a busca ativa, a gerência tem quatro servidores e contratou um administrativo só para esta parte. Temos uma planilha de Excel com a quantidade de pacientes com a AIH – Autorização de Internação Hospitalar- pronta, ele já passou pelo cirurgião especialista e está apto ao procedimento eletivo, mas acontece a questão que Mansour colocou, de não encontrar o paciente, muitos de 2021 não são encontrados, e nós contatamos o município, fazemos reuniões com os superintendentes, com hospitais, e o servidor da gerencia liga um por um. Caroline disse que mediante a isso, são feitas reuniões com a SESA e a estratégia é realizar um chamamento, para que o paciente busque a US e atualize seu cadastro. São muitos gargalhos que estamos tratando. A gente sabe que tem muitos pacientes aguardando, nossa meta foi diminuir os de 2021 e 2022, gostaríamos de ter zerado, conseguimos setenta por cento, já foi um avanço, uma redução significativa. A gente trabalha também com a antiguidade da AIH, a gravidade do quadro clinico, e a gente esbarra na capacidade instalada dos hospitais. Sabemos que com o aumento do quantitativo solicitantes de médicos da família, o acesso foi ampliado e isso também aumentou nossa demanda. Todas as Subsecretarias de regulação, assistência, estão, e o ministério da saúde está em prol do mesmo objetivo, que é realizar o maior número de cirurgias. Se não conseguimos realizar as nove mil cirurgias que estão no plano nacional, dentro dos onze milhões,



564

565 566

567

568

569 570

571

572573

574

575576

577

578579

580

581 582

583

584 585

586

587 588

589

590 591

592

593 594

595

596 597

598

599

600 601

602

603 604

605

606 607

608

609





continuaremos ao longo de 2024 e isso não é só no Es, está em outros estados também, cadastros desatualizados, precisamos localizar pacientes. Esperamos para o ano que vem alcançar cento e quarenta mil pacientes. O conse<u>lheiro Cristiano disse que trabalha no setor de demandas</u> judiciais da secretaria de saúde e acaba olhando questões que são demandadas pelo lado que está no limite do problema, que a pessoa buscou a justiça pra resolver, " o que nos faz estudar as demandas em geral, e demandas, sobretudo, as judiciais. Nessa perspectiva gostaria de assinalar que lidamos sempre com o problema. A gente costuma ver decisões judiciais dizendo que é necessário judicializar, numa visão do sistema de saúde como um caos. Olhando pela perspectiva judicial vemos que estamos diante de uma perspectiva caótica do sistema de saúde, o que não corresponde à realidade, é exceção". Cristiano disse que em 2022 foram realizadas duzentos e sessenta e três mil, quinhentas e trinta e seis internações hospitalares, que foram judicializadas mil seiscentos e dezesseis, o que corresponde a zero sessenta e um por cento, é menos de um por cento daquilo que o SUS produziu. Consulta especializadas foram atendidas um milhão novecentos e vinte mil e setecentos e oitenta e quatro consultas, foram judicializadas duas mil e dezesseis, zero virgula um, zero cinco por cento. Cristiano citou também o número de exames especializados realizados administrativamente e disse que o SUS deve ser olhado como um sistema que dá certo, e que existem problemas de disfuncionalidades que precisam ser resolvidos, de forma tripartite e com estratégias junto aos municípios. Cristiano destacou a importância do cidadão estar cadastrado no sistema de regulação e que os médicos reguladores não demoram nem quarenta e oito horas entre o cadastro do hospital e o cadastramento da autorização para a cirurgia. É preciso identificar esses problemas nessa complexidade que é o sistema, entre prestadores e municípios e como o CES enquanto indutor de política pública pode pautar isso junto aos municípios e ter contribuições para resolver essas exceções. Temos gargalhos, mas não e razoável uma demora de seis meses para cadastrar uma pessoa no sistema por um município. Cristiano salientou a importância da disponibilização do transporte sanitário



611

612613

614

615

616617

618

619 620

621

622623

624

625 626

627

628 629

630

631 632

633

634 635

636

637 638

639

640 641

642

643

644 645

646

647 648

649

650 651

652

653 654

655

656





pelos municípios de médio e grande porte para levar e garantir o acesso das pessoas. A conselheira Terezinha disse ser importante que a descrição da solicitação não seja incipiente, o que em seu ver, requer qualificação dos profissionais no município para que o encaminhamento seja feito de forma correta, Terezinha também destacou a questão do transporte sanitário, as vezes sendo um impeditivo para o paciente, e que a Secretaria Estadual não tem medido esforços para regular e agendar. Terezinha disse que os conselhos municipais em sua maioria não estão funcionando e por isso as cobranças tem sido ineficazes. O conselheiro Zaldimar disse que a regulação de forma especifica é uma situação que precisa de avaliação e propôs a realização de um seminário no início do próximo ano com o tema dessa grande amplitude que abrange consultas, exames e internações na rede SUS, que é gigante. Zaldimar disse que está sendo tratado aqui os retalhos tratados do que está sendo falho, e que no seminário será possível ouvir diversos responsáveis, num olhar de proposição e de que o SUS funciona e tem gargalhos, existem problemas e como trazer a solução. Sermos capacitados. A conselheira Caroline disse não haver soluções fáceis para problemas complexos e que boa parte do trabalho da gestão nesse ano foi de elucidar filas. Caroline informou que foi estipulado e já foi publicado no diário oficial, no dia primeiro de dezembro que para o plano plurianual de auditorias do ano que vem as cirurgias terão a prioridade da auditoria para todo primeiro semestre de 2024, pedido que partiu do Secretário Estadual de Saúde e disse que os conselheiros podem contribuir apontando pontos e gargalhos que serão incluídos em diagnostico. O senhor Alex, disse que irá trazer uma apresentação em números, incluindo o processo para chegar ao nível autorizado, questões sobre o_acesso e o não acesso. Disse que consultas, exames e cirurgia sempre foi o gargalho no ES. O conselheiro Luiz Carlos Reblin enfatizou a importância do cuidado em relação ao covid, informando que o covid ainda tem oscilado com situações de novas variantes, o Ceará está enfrentando uma onda de aumento de casos e no Es tivemos pouco mais de cento e setenta óbitos por covid, tanto que foi expandida uma dose adicional para pessoas acima de setenta anos e



658

659

660 661

662

663 664

665

666667

668

669670

671

672673

674

675 676

677

678 679

680

681 682

683

684 685

686

687 688

689

690 691

692

693

694 695

696

697 698

699

700 701

702

703





pessoas imunossuprimidas acima de doze anos. Reblin informou que a vacina tem sido um sucesso no Brasil, com o objetivo de interromper a queda e destacou a importância de que o governo acredite na ciência e que o painel do ministério da saúde tem todas as informações em campo digital. Em relação a consultas, exames e cirurgias Reblin disse que grande parte poderia ser resolvido lá na saúde da família, mas a equipe não da conta do grande número de pacientes. Reblin disse que o MS vai ampliar o número de equipes da saúde no Brasil, que este debate vem sendo feito e muitos municípios estão adotando essa estratégia para um manejo mais adequado do número de pessoas por equipe. Reblin disse que está sendo feito o primeiro desenho cartográfico para a atenção especializada no Brasil, uma política para complementar a política de atenção especializada. Reblin disse que o projeto SACI, com o telefone 148, na década de oitenta era subutilizado e que o número foi aberto para ligações e que mais de sessenta por cento das pessoas não iam as consultas. Reblin propôs a organização de uma agenda com esses colegas que estão fazendo essa discussão no meio das equipes de saúde da família, das alterações do sistema de regulação para uniformizar ou pelo menos harmonizar nacionalmente, do estudo da cartografia, podemos colocar a vacina no meio e a gente passa as agendas aqui para ouvir o que está rolando, organizar e concatenar isso articulando aqui com o ES, a facilidade é muito grande porque é Ethel, é Nezio , é o nosso secretario da especializada e assim as equipes virão aqui com o maior interesse para tirar as nossa dúvidas. Reblin disse ainda que acima de tudo quando a gente bota a mão na ferida, a gente vê resultado, está aí a cobertura vacinal retomando o seu lugar e protegendo a vida das pessoas contra mais de trinta doenças. A conselheira Antonia Genecy lembrou que o SUS é e que a gestão precisa encontrar soluções. Genecy falou da importância de que os funcionários sejam capacitados e que o plano de enfrentamento deve incluir o conselho estadual e os municipais. O Presidente Marcio falou que estaria compartilhando algumas questões oriundas na Plenária Estadual de Conselhos Municipais e dentre estas questões, citou: A fila de espera; O absenteísmo; em caso de desmarcação ou o não



705

706

707 708

709

710 711

712

713714

715

716717

718

719 720

721

722 723

724

725 726

727

728 729

730

731732

733

734 735

736

737

738739

740

741 742

743

744 745

746

747 748

749

750





comparecimento. Existe alguma carência? e uma questão que foi levantada que foi o aguardo de 50 mil horas por uma pessoa, caso essa pessoa não compareça e não desmarque; e uma regra de vinte por cento das internações serem eletivas? Como está esse quantitativo? Alex respondeu que a fila para consultas e exames existe e que cada especialidade tem sua fila. A gente trabalha com um tempo de espera. Uma fila puxa para baixo, outa puxa para cima, são várias especialidades que a gente tem. A fila de catarata, ela gira, ela roda. Uma fila de neuroadulto, psiquiatria, são as subespecialidades mais solicitadas. O TDAH, essa parte que envolve os alunos de escola, o ABA, então tem várias questões que faz a fila subir, mas, a gente corre atrás. A solução para o estado hoje é a tele consulta. Temos de quatro a seis no CRM e a gente vê que não tem hoje uma neuropediatras registrados consulta de neuropediatra que não esteja custando em torno de mil a mil e quinhentos reais e no estado é dez reais. A gente não consegue médico. Caroline respondeu que na SESA/ES não existe essa regra que obriga o paciente a aguardar cinquenta mil horas em caso de desmarcação. Ou Senhor Alex colocou que na época do covid, quando um paciente testava positivo e não podia ir a consulta, ele, ao chegar no ônibus ou na van, ele tinha como acionar um botão no sistema e retornar para a situação anterior. constando como autorizado e ficava aguardando nova vaga e novo agendamento. Após a covid vimos que a vaga ficava livre e o médico sem prestar o atendimento, incorrendo em prejuízo e perca de recurso. Hoje, se o paciente não foi, o procedimento deve ser cancelado. Hoje, o botão foi desativado e quando o paciente não pode ir as regionais fazem o cancelamento e em casos de urgência é feito o acerto com as regionais e o acerto é feito no sistema e o paciente é atendido. Caroline confirmou que realmente entre vinte a trinta por cento geram procedimento cirúrgico eletivo. Alex disse que o absenteísmo hoje no estado de modo geral, fica entre vinte e oito a trinta por cento, temos municípios na grande vitória com absenteísmo de cinquenta e cinco por cento, o que você agenda em torno de dez, vinte mil consultas e vinte mil exames, representa cinquenta por cento de recursos perdidos pelo estado. Estamos trazendo o MP pra ajudar porque o estado já



752

753

754 755

756

757 758

759

760 761

762

763764

765

766767

768

769 770

771

772773

774

775776

777

778779

780

781 782

783

784

785 786

787

788 789

790

791 792

793

794 795

796

797





colocou o SMS para atualizar o cadastro do paciente colocando de um a dez números de telefone. Estamos trabalhando uma forma de ter um portal onde o paciente procure qual a situação dele dentro do sistema e que a primeira pergunta seja: qual o seu telefone? qual seu segundo telefone? Para que cheguem as informações. O presidente Marcio agradeceu e disse que será feito contato com Roseane e Alex para que no início de 2024 seja realizado o seminário sobre a regulação, e trazendo também a equipe do ministério da saúde, conforme proposto na data de hoje. Marcio passou para o ponto de pauta de número 8: Indicação para relatoria externa no Grupo de Trabalho Intersetorial da Política Nacional Integral de Proteção a Adolescentes em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória (SMAISARI). Relatoria: Sidney Parreiras de Oliveira. Foram aprovados para esta comissão os nomes de Maria Aparecida Alves Souza e Sidney Parreiras de Oliveira. Marcio anunciou o ponto 9 da pauta: Apresentação da análise do perfil dos participantes na decima conferencia estadual de saúde. Relatoria: Projeto ICEPI. Marcio reiterou que o projeto realizou essa inovadora pesquisa, que foi premiada e merece destaque. Márcio reiterou também que o projeto ICEPI tem ajudado muito ao CES e passou a palavra para Gilmara. A Bolsista Gilmara fez sua auto descrição e iniciou a apresentação dizendo que o estudo denominado: Estudo Diagnostico da Participação Social na 10^a Conferencia Estadual de Saúde do Estado do ES, foi concluído no final de julho de 2023. Gilmara salientou que através desse estudo é possível mostrar que o conselho está olhando para fora, fazendo o seu trabalho de monitorar as políticas públicas, discutir o que o estado está fazendo, as falhas e as lacunas e agora olhar para si, enquanto conselho, refletir sua participação social na saúde Gilmara destacou que a conferencia é um marco importante, mais do que um evento, é um processo social que começa antes e se estende depois, pois tudo que é discutido nas conferencias, inspira as políticas públicas, trazendo uma amostra dos atores sociais que estarão se mobilizando nos diferentes territórios. Gilmara disse que o objetivo desse levantamento foi caracterizar o perfil da participação social na saúde visando produzir dados e informações que auxiliem no diagnóstico e na construção



799

800

801 802

803

804 805

806

807 808

809

810 811

812

813814

815

816 817

818

819 820

821

822823

824

825 826

827

828 829

830

831 832

833

834

835 836

837

838 839

840

841 842

843

844





de estratégias para o fortalecimento dos espacos de participação e controle social pelos atores sociais empenhados na democratização o da saúde e consolidação desse direito. Gilmara disse que um dos escopos do projeto é elaborar e fazer pesquisas. Quanto a metodologia informou que pesquisa é descritivo reflexiva e de cunho qualitativa. Os dados foram coletados na instituição. Gilmara disse que na amostra foram incluídos os delegados(as) dos três segmentos presentes e o recorte foi aqueles que assinaram a lista de presença. Gilmara informou que nem todos os inscritos completaram o formulário, dificultando a análise. Gilmara disse que a apresentação dos resultados desse estudo servirá como ferramenta para os conselheiros e gestão da SESa, permitindo: Tomar decisões informadas com base no perfil da participação social; refletir sobre a representatividade das conferencias de saúde e melhorar a preparação das próximas edições e fortalecer o compromisso com a democratização do sistema de saúde e garantia do direito a saúde para todos os cidadãos capixabas. Gilmara informou que 117 vagas destinadas a delegados, não foram preenchidas. Destas, 66 eram do segmento usuários, sendo o menos representativo,14 trabalhadores e 27 gestor e prestador.76 vagas não foram preenchidas pelo segmento usuário. Gilmara prosseguiu sua apresentação mostrando em tela em formato de tabela que as conferencias livres enviaram como representantes: 2 delegados do movimento de direitos humanos; 4 delegados do movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS; 4 delegados do movimento de mulheres negras e 11 delegados do SINDSAUDE. O percentual de delegados dos três segmentos, que estiveram presentes à Conferência. O segmento Usuário esteve representado por 186 pessoas delegadas; o segmento Trabalhador da Saúde por 117 e o segmento Gestor/Prestadador 104. Totalizou-se 407 delegados provenientes das Conferências Municipais de Saúde, do Conselho Estadual de Saúde e das Conferências Livres. Destaca-se que o percentual de participantes do segmento usuários é inferior à soma dos demais segmentos, evidenciando que o princípio da paridade não foi alcançado no âmbito da Conferência Estadual de Saúde. Dado que não pode ser negligenciado, pois a presença contundente dos usuários é uma



846

847

848849

850

851 852

853

854 855

856

857 858

859

860 861

862

863 864

865

866 867

868

869870

871

872873

874

875 876

877

878 879

880

881

882 883

884

885 886

887

888 889

890

891





premissa fundamental para consolidar a democratização da participação e controle social, pensada como o envolvimento ativo dos usuários, que na ponta e integrantes de diferentes setores da sociedade, vivenciam os desdobramentos ou ausências das políticas de saúde. Os números sinalizam para a baixa participação do segmento usuários e, portanto, para a tarefa urgente de mobilização do segmento no estado do Espírito Santo. O segmento usuário é parte fundamental no controle do SUS, como estabelecido a partir da 8ª Conferência de Saúde, logo é de extrema relevância analisar os entraves a sua efetiva participação e encontrar caminhos para mitigá-los. Em relação ao número de pessoas delegadas foi possível notar que 74,8% delas tinham participado em uma ou mais edições anteriores, contra apenas 25,2% estreantes no âmbito das Conferências. Esse dado é revelador, pois sinaliza também para a baixa renovação nos espaços dos conselhos municipais e aponta para a frágil mobilização social em torno desses espaços, que tende a resultar na reprodução sempre dos mesmos atores sociais nas cadeiras dos conselhos ao longo do tempo. Em termos percentuais relacionados a faixa etária os participantes estiveram assim distribuídos: entre 18-24 anos: 3,5%; entre 25- 29 anos: 4.4%; entre 30-39 anos: 16,8%; entre 40-49: 35,8%; entre 50-59 anos: 23,7%; entre 60-69: 11,7%; entre 70-79: 3,5%; idade superior a 80 anos: 0,6%. Conforme os dados, o grupo de idade mais representativo corresponde a faixa dos 40-49, seguido do grupo na faixa dos 50-59 e do grupo na faixa dos 30-39 respectivamente. Conforme os dados, o grupo de idade mais representativo corresponde a faixa dos 40-49, seguido do grupo na faixa dos 50-59 e do grupo na faixa dos 30-39 respectivamente. Os três grupos de idade, que conformam os participantes situados na fase adulta do ciclo de vida, quando somados conformam 76,3% dos participantes da conferência. Gilmara salientou a importância de que o conselho estimule a participação dos jovens. Ana clara disse que essa faixa etária reflete aqueles que participam das capacitações no município. Concernente ao gênero notou-se a prevalência de mulheres (249) e homens cis (148), mas desponta a presença, ainda que pequena, de pessoas trans. Gilmara destacou a importância de maior qualificação na



893

894

895 896

897

898 899

900

901 902

903

904 905

906

907 908

909

910 911

912

913 914

915

916917

918

919 920

921

922923

924

925 926

927

928

929 930

931

932 933

934

935 936

937

938





presença de mulheres. Com relação a representação por raça cor e etnia: a amostra da participação reflete, aproximadamente, a composição étnicoracial da sociedade brasileira e da população do estado do Espírito Santo, que de uns anos para cá vem apresentando um aumento na população considerada negra, a partir dos critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Isto é, do somatório entre o número de pessoas autodeclaradas pardas e das autodeclaradas pretas. Segundo o PNADC/IBGE trimestral 2012-2019, a população do estado está conformada por 37,1% pessoas autodeclaradas brancas, 50,5% de pessoas autodeclaradas pardas e 11,7% de pessoas autodeclaradas pretas. Não obstante, é preciso interpretar os significados dos números apresentados e aprofundá-los. No âmbito da Conferência e seguindo os critérios do IBGE, 59,2% dos delegados que compuseram a amostra integram a população negra. Gilmara apresentou que a participação de delegados PCDS na conferência também foi bastante importante, foram 4,3/%, podendo sensibilizar-nos para outras demandas ajudando na construção do SUS. Gilmara concluiu sua participação dizendo que a diversidade dos participantes representando diferente grupos sociais foi compreendida como indicador importante da democracia na concretização do princípio da equidade do SUS. Ana clara fraga deu prosseguimento destacando que a reflexão agora seria concernente ao apoio do conselho estadual aos conselhos municipais, estando fortalecidos em sua saúde e fortalecendo o estado e a união. Ana reiterou que a função da conferencia é elaborar propostas e acompanhar as propostas que serão implementadas nos instrumentos de gestão. Ana mostrou que apenas Divino São Lourenço e Vila Valério não realizaram a conferencia municipal. De acordo com o estudo, dentre os 78 municípios do estado do Espírito Santo, apenas 7 municípios estavam integralmente representados na conferência. Isto é, estiveram presentes com o número total de pessoas delegadas dos três segmentos, conforme estabelecido pela Resolução CES 1307/2023. São eles: Domingos Martins, Fundão, Linhares, Muqui, Piúma, Santa Teresa e Sooretama. Um grupo de 13 municípios enviou pessoas delegadas apenas do segmento trabalhador e gestor, sem enviar representação do segmento usuário. São



940

941

942943

944

945946

947

948949

950

951952

953

954 955

956

957 958

959

960 961

962

963964

965

966967

968

969 970

971

972973

974

975

976977

978

979 980

981

982 983

984

985





eles: Afonso Cláudio, Águia Branca, Baixo Guandu, Boa Esperança, Brejetuba, Ibitirama, Itaguaçu, Itarana, Marataízes, Mucurici, Pinheiros, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha. Outros 13 municípios estiveram completamente ausentes da Conferência. Não enviaram delegados. São eles: Alto Rio Novo, Apiacá, Atílio Vivacqua, Barra de São Francisco, Conceição da Barra, Dores do Rio Preto, Marilândia, Muniz Freire, Pancas, Pedro Canário, Santa Leopoldina, Vila Pavão e Vila Valério. Os demais 45 municípios, enviaram uma ou mais pessoas delegadas dos três segmentos. Ana salientou sobre a importância de descentralização e de buscar meios para melhor representar este espaço já conquistado. Ana disse que os elementos mostram que as pessoas não estão ligadas com a importância da ocupação desses espaços o que convida a educação permanente atuando nessa questão, como direito e dever. Diante de tantos desafios, é preciso refletir sobre essas questões nos espaços de participação e controle social do SUS capixaba, isto é, entre os conselheiros e conselheiras de saúde, dos Conselhos Municipais e no Conselho Estadual de Saúde, para que possamos re-atualizar e ressignificar a ação individual e coletiva, em prol das conquistas para a saúde pública brasileira ocupando os espaços de forma efetiva. Ana mostrou através dos dados um importante enfoque concernente a participação dos usuários, compreendido como segmento crucial no controle social do sus e cuja a ausência pode fragilizar as negociações. Ana salientou a importância do acolhimento aos usuários para que haja desprestígio de saberes. O Conselheiro Reblin disse ser surpreendente ter na conferência 79/% dos gestores que tinha vaga, com as vagas preenchidas, isso não existe. Não é gestor ali. Ali tem muito trabalhador que vai com uma função e lá na conferência ele vira gestor, mas a posição dele é de trabalhador, então ele vai e coloca suas questões, o controle social foi construído com a maior sabedoria do mundo, e temos um deseguilíbrio". E esse é um tema para debater, que é a correta inserção da representação social que o indivíduo está fazendo ali Ana concluiu sua parte reiterando a importância das conferencia como espaço de participação social, marco histórico e político; a mobilização da participação dos jovens como desafio; a



987

988 989

990

991

992993

994

995 996

997

998 999

1000

1001 1002

1003

1004 1005

1006

1007 1008

1009

1010 1011

1012

1013 1014

1015

1016 1017

1018

1019 1020

1021

1022

1023 1024

1025

1026 1027

1028

1029 1030

1031

1032





priorização da participação das minorias. Ana citou ainda que registros detalhados dos participantes são cruciais; avaliar a qualidade e efetividade da participação é fundamental; usar relatórios para compreender realidades, é estratégico, sendo importante criar essa cultura e investir em educação permanente fortalecerá a participação popular. Ana finalizou destacando novamente a participação da juventude e das minorias e o refletir as conferencias como um termômetro da saúde democrata, incentivando a representação municipal com ênfase no usuario. Gilmara destacou que esse primeiro estudo passou pelo comitê de ética da Universidade de Vila Velha os e existe o desejo de ampliar os olhares. Gilmara agradeceu o Conselho Estadual de saúde pela parceria e dados disponibilizados. Alexandre Fraga parabenizou as bolsistas e disse que essa apresentação é o retrato de um momento, disse que em comparativo com as conferencias de 2019 o processo de conferencia foi mais robusto em decorrência de todo o processo que tivemos aí incluindo o distanciamento social das pessoas em geral e de militantes, provocado pela pandemia. Alexandre reiterou que o processo de construção popular é cotidiano. Alexandre também considerou a participação dos usuários nas etapas estaduais como muito ruim e disse que na maioria dos espaços estavam os trabalhadores da saúde e da gestão. Alexandre avaliou que os horários e datas de realizações não privilegiou a participação do usuário, só Cariacica e Piúma se reuniram aos sábados. Alexandre disse que duzentas propostas foram aprovadas na conferência e deve-se avaliar de que forma elas refletem os interesses dos usuários do SUS? e como respondem as pautas das mulheres? Alexandre disse que todas essas questões passarão a ser objeto de estudo, mediante a aprovação do projeto pela UVV.Gilmara falou novamente sobre a importância das capacitações a fim de criar a consciência de que a saúde é um direito e o cidadão tem o dever de participar dessa construção até porque é este cidadão que vivencia e sente os processos. Gilmara disse que a participação plural do usuário é fundamental e nesse sentido construir alternativas acolhendo os movimentos sociais e que estes se reflitam. A conselheira Terezinha Bolzani reiterou que os conselhos devem ser atuantes e que o gestor municipal precisa



1034

1035 1036

1037

1038

1039 1040

1041

1042 1043

1044

1045 1046

1047

1048 1049

1050

1051 1052

1053

1054 1055

1056

1057 1058

1059

1060 1061

1062

1063 1064

1065

1066 1067

1068

1069

1070 1071

1072

10731074

1075

1076 1077

1078

1079





compreender a importância efetiva do controle social em saúde. O conselheiro Welinton Barros parabenizou pela apresentação e destacou que é preciso pensar sobre as condições que foram dadas para que os usuários pudessem participar das conferencias. Welington destacou também a importância das conferencias livres e lembrou que a conferencia livre realizada na praça Getúlio Vargas foi bastante efetiva, assim como a realizada pela população negra e pelas mulheres. Alexandre Fraga falou novamente que a participação municipal precisa ser resgatada, bem como pensar a efetividade das conferencias livres, e que será preciso redesenhar o formato de conferencias para que as pessoas envolvidas possam fazer o debate. trazendo as construções do processo para resultado efetivo. Marcio agradeceu a todos e lembrou que o CES já se colocou à disposição, durante as plenárias, para contribuir na formação dos municípios. Marcio passou informou o ponto de pauta de número 10: Resoluções do CNS e aprovações dos relatórios das comissões CES/ES - Marcio concedeu a oportunidade para Cynara, para informar ao pleno sobre resoluções lançadas pelo CNS. Cynara informou que o conselho nacional emitiu duas resoluções previas 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da para tralhar da Trabalhadora e da 4ª Conferencia ligada a gestão do trabalho e educação em saúde. As etapas da conferência de saúde do trabalhador e da trabalhadora seguirão o seguinte cronograma - Etapa Regional e/ou Macrorregional: 01 de janeiro a 30 de novembro de 2024; II - Conferências Livres: até 30 de abril de 2025; III - Etapa Estadual e Distrital: até 30 de maio de 2025; IV - Etapa Nacional: 08 a 11 de julho de 2025. Cynara informou que essas resoluções vieram basicamente com as convocações para que os municípios e estados se organizem para fazer, mas ainda não vieram diretrizes e os por menores das conferencias em si, então a sugestão e que se faça a convocação nos moldes que o conselho nacional fez para preparo dos municípios, já que as datas já foram definidas e após serão complementadas as informações. Cynara prosseguiu e propôs que fosse eleita uma comissão organizadora fixa para tratar de toda a agenda 2024 do conselho, levando em consideração as reuniões realizadas com a subsecretaria de finanças e as conversas internas.



1081

1082

1083 1084

1085

1086 1087

1088

1089 1090

1091

1092 1093

1094

1095 1096

1097

1098 1099

1100

1101 1102

1103

1104 1105

1106

1107 1108

1109

1110 1111

1112

1113 1114

1115

1116

1117 1118

1119

1120 1121

1122

11231124

1125

1126





Cynara disse que se pretende abrir uma ata com registro de precos, a princípio para dez (10) eventos e disse que deverá ser um processo único sendo cuidado por uma única comissão, cuidando das agendas 2024. Marcio citou novamente a Resolução Nº 723 de 09/11/2023 que convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com etapas regionais ou macro regionais de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2024 e a Resolução Nº 731 de 19 de janeiro de 2024, que convoca a 4º Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, cuja etapa nacional será realizada em Brasília de 19 e 22 de 2024 e a etapa municipal de fevereiro a abril de 2024. AS resoluções apresentadas foram referendadas pelo pleno. Em relação a proposta de eleição da comissão para cuidar das agendas 2024, O conselheiro Mansour disse achar importante o preparo com antecedência para o acesso aos recursos, prever custeio e para que não haja desmobilização. O conselheiro Cristiano disse que não entendeu a proposta, e que estaria de acordo desde que o a equipe que a secretaria disponibiliza para o CES cuidasse das questões administrativas, porém" não concorda que o conselheiro atue em transferência de responsabilidade administrativa". Marcio disse que as etapas, conforme as relações publicadas pelo CNS (723 de 09/11/2023) começam no primeiro achar importante eleger uma comissão para estes dois semestre e disse eventos possibilitando dialogo, avaliação e mobilização junto ao município. A conselheira Milene disse achar urgente porem não se pode atropelar. Milene disse que antes de tirar a comissão tem que ser feita a reunião de organização 2024, pontuando tudo a fazer. Disse que uma comissão só não vai funcionar, que os conselheiros estão em situação de voluntariado. Lembrou do processo eleitoral. Disse que o calendário é complexo e sua proposta é fazer uma reunião no início de conselheiro, no período matutino com a mesa do CES e a tarde aberto com todos os conselheiros e assim fechar a proposta de organização e elencar todo o escopo de necessidades. Cristiano sugeriu que essa agenda se efetive na segunda quinzena de janeiro A conselheira Caroline corroborou com a proposta de Milene enfatizando a importância da participação ampla dos conselheiros e da definição de papeis



1128

11291130

1131

1132

11331134

1135

11361137

1138

11391140

1141

11421143

1144

1145 1146

1147

1148 1149

1150

1151 1152

1153

11541155

1156

1157 1158

1159

1160 1161

1162

1163

1164 1165

1166

1167 1168

1169

1170 1171

1172

1173





e responsabilidades, feito com muita calma. A reunião foi agendada para o dia 01 de fevereiro de 2024, onde pela manhã se reunirá a mesa e a tarde se reunirão todos os conselheiros. Seguidamente Marcio informou novamente que nesse momento seria tratado sobre o relato das comissões e passou a oportunidade para o conselheiro Mansur Caudais para o relato das Plenárias de conselho e informou que o conselheiro Welinton faria o relato sobre a conferencia nacional de saúde mental. Mansour relatou que: Em relação a comissão de acompanhamento de conselhos gestores de unidades de saúde, Mansour informou que o conselheiro Pablo está como coordenador. Mansour disse que houve uma resolução do CNS recomendado a construção dos conselhos locais de saúde nos municípios e que é necessário rever como será efetivado esse processo eleitoral e definir como será a composição desses conselhos, o que deve ser trabalhado em 2024. Em relação a coordenação estadual de municipalização, onde está Geiza Quaresma, como coordenadora nacional titular e eu suplente foram acompanhadas todas as etapas regionais de conselho de saúde; região norte; região sul, central, metropolitana e estadual. Mansour disse ter observado a mesma angustia mostrada no diagnóstico apresentado pelo projeto PDPI sobre a 17ª Conferencia, etapa estadual. Disse que o controle social está aquém e o segmento dos usuários está alheio a esse processo. Citou a alternância de data, a falta de recursos para realizar os eventos e as dificuldades enfrentadas pele secretaria executiva e presidência do CES como desafios. Disse que apesar de poucos participantes, houve participação, e o desfecho estadual com a apresentação primaria em saúde foi muito esclarecedor e trouxe dados a serem encaminhados aos municípios, criando animo e permitindo debate e esclarecimento. Mansour disse esperar que em 2024 seja reconquistado o credito junto aos municípios. Welinton disse que 35 delegados estiveram presentes na conferência de saúde mental que teve como tema: "A política de Saúde Mental como Direito: pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS". Wellington parabenizou a comunicação, disse que as principais mesas temáticas e alguns vídeos que fez, foram publicados.



1175

1176

1177 1178

1179

1181

1182

1183 1184

1185

1186 1187

1188 1189

1190 1191

1192 1193 1194

1195

1196





Welington disse que a luta antimanicomial saiu muito fortalecida e também a questão do uso e implementação da cannabis rompendo com paradigma através da ciência, além da valorização do trabalhador da saúde, da mulher, do deficiente e das pessoas vivendo com HIV. Disse que são questões em relevo nesses espaços que traduzem a voz dos excluídos reivindicando 1180 inclusão. Disse que todos contribuíram e acha importante fazer um momento de devolutiva para a base. Não havendo mais assuntos a tratar. O presidente Marcio Flavio Soares Romanha desejou boas festas e agradeceu a presença de todos, encerrando a 249 ROº do Conselho Estadual de Saúde, as 17:47 horas do dia 19 de dezembro de 2023. Marcio Flavio Soares Romanha Presidente do Conselho estadual de Saúde do ES Cynara Azevedo

Secretária Executiva do CES/ES

















